

São 3 as principais funções da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Proteção da Biodiversidade
Desenvolvimento Sustentável
Conhecimento Científico e Tradicional

realização:

CONSELHO NACIONAL DA RESERVA
DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

Rua do Horto 931 - Instituto Florestal
São Paulo-SP - CEP: 02377-000
Tel.: (0xx11) 6231-8555 ramais 2044 e 2138
fax.: (0xx11) 6232-5728
e-mail: comunica.rbma@uol.com.br
(assessoria de imprensa)

apoio:



SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE

GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
CUIDANDO DE GENTE



MaB
Programa MaB
"O Homem e a Biosfera"



SÉRIE GESTÃO DA RBMA

Caderno nº 24



CONSTRUÇÃO DO
SISTEMA DE GESTÃO DA
RESERVA DA BIOSFERA DA
MATA ATLÂNTICA

Mario Oscar Cencig

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica



SÉRIE 1 - CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS

Cad. 01 - A Questão Fundiária

Cad. 18 - SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SÉRIE 2 - GESTÃO DA RBMA

Cad. 02 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Cad. 05 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de São Paulo

Cad. 06 - Avaliação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Cad. 09 - Comitês Estaduais da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Cad. 24 - Construção do Sistema de Gestão da RBMA

Cad. 25 - Planejamento Estratégico da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

SÉRIE 3 - RECUPERAÇÃO

Cad. 03 - Recuperação de Áreas Degradadas da Mata Atlântica

Cad. 14 - Recuperação de Áreas Florestais Degradadas Utilizando a Sucessão e as Interações planta-animal

Cad. 16 - Barra de Mamanguape

SÉRIE 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS

Cad. 04 - Plano de Ação para a Mata Atlântica

Cad. 13 - Diretrizes para a Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica

Cad. 15 - Mata Atlântica

Cad. 21 - Estratégias e Instrumentos para a Conservação, Recuperação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica

Cad. 23 - Certificação Florestal

Cad. 26 - Certificação de Unidades de Conservação

SÉRIE 5 - SÉRIE ESTADOS E REGIÕES DA RBMA

Cad. 08 - A Mata Atlântica do Sul da Bahia

Cad. 11 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul

Cad. 12 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Pernambuco

Cad. 22 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro

SÉRIE 6 - DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Cad. 07 - Carta de São Vicente - 1560

Cad. 10 - Viagem à Terra Brasil

SÉRIE 7 - CIÊNCIA E PESQUISA

Cad. 17 - Bioprospecção

Cad. 20 - Árvores Gigantescas da Terra e as Maiores Assinaladas no Brasil

SÉRIE 8 - MaB-UNESCO

Cad. 19 - Reservas da Biosfera na América Latina



Caderno nº 24

**CONSTRUÇÃO DO
SISTEMA DE GESTÃO DA
RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA**

Mario Oscar Cencig - Núcleo Interdisciplinar de Planejamento
Energético (NIPE/UNICAMP) - Conselho Nacional da
Reserva da Biosfera da Mata Atlântica



Foto: Clayton F. Lino

Sede do CN-RBMA, em São Paulo.

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica



Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Série: GESTÃO DA RBMA

Editor: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Conselho Editorial: José Pedro de Oliveira Costa, Clayton Ferreira Lino e João L. R. Albuquerque

Revisão: João Lucílio Albuquerque

Projeto Gráfico: Elaine Regina dos Santos

Editoração e Arte: Marcia Barana

Colaboração: Dolores Biruel (ficha catalográfica)

Ficha Catalográfica:

C395 Cencig, Mario Oscar
Construção do sistema de gestão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica/Mario Oscar Cencig. - São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004.
88 p. ; 21cm. - (Caderno da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica : série gestão da RBMA, 24).

1. Gestão da RBMA 2. Políticas Públicas 3. Mata Atlântica I. Mario Oscar Cencig.

Endereço do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera:
Rua do Horto, 931 - Casa das Reservas da Biosfera
02377-000 - São Paulo - SP - Brasil - Tel/fax: 0xx11 6232-5728
rbma@iflorestsp.br, cnrbma@uol.com.br

É uma publicação do
Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica,
com o patrocínio do Ministério do Meio Ambiente através da Secretaria de
Biodiversidades e Florestas, UNESCO-MaB, Secretaria de Estado do Meio
Ambiente do Estado de São Paulo - SMA

Impressão:

Tiragem:

**Autoriza-se a reprodução total ou parcial
deste documento desde que citada a fonte.**

São Paulo
Maio 2004



Caderno nº. 24

CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

Mario Oscar Cencig

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica



Aos Conselheiros do CN-RBMA, que souberam exercitar a nobre arte da convivência.

Este artigo tem o caráter de “memória factual”, isto é, são anotações de fatos acontecidos, visando registrá-los e, ao mesmo tempo, que possam ser úteis para o estudo do processo. Assim, há uma delimitação bem definida neste texto, naquilo relacionado à abrangência da história aqui relatada: trata de um período específico e apenas uma parte do acontecido nesse período está aqui; contudo, as informações expostas são confiáveis e colocadas no seu contexto, sendo nisso que reside o seu principal mérito. O foco das descrições é colocado na construção do processo, entendida como a busca dos atores e incluindo as próprias formas de busca.



SUMÁRIO:

	Pág.
APRESENTAÇÃO	09
1. INTRODUÇÃO	11
2. PERÍODO INICIAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA	14
3. PERÍODO 1993-1994 (1ª GESTÃO)	18
4. PERÍODO 1995-1999 (2ª GESTÃO)	27
5. PERÍODO 2000-2003 (3ª GESTÃO)	45
6. COMENTÁRIOS	59
ANEXO 1: LISTA DE CONSELHEIROS	64
ANEXO 2: CRONOGRAMA DE REUNIÕES DA RBMA	69



APRESENTAÇÃO

Este caderno de autoria de Mario Oscar Cencig, um dos mais empenhados colaboradores da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, é um marco expressivo. Expressivo pelo significado das informações que apresenta na visão de um dos mais antigos apoiadores dessa Reserva e também por deixar demonstrada a importância da colaboração de muitas pessoas, de diversos setores, sem os quais a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica não teria sentido, e nem sequer existiria. Significa também o apoio da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, que, desde 1991, tem sido constante e importante para o aperfeiçoamento deste processo amplo e participativo. E esse apoio tem sido generosamente continuado vindo de diversos setores como a Rede de ONG's da Mata Atlântica, inúmeros pesquisadores, dos muitos Estados envolvidos, do Governo Federal, de diversas Associações de Moradores da Reserva e da própria Unesco. É necessário lembrar que o primeiro contato da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica com a Universidade de Campinas se deu por iniciativa do emérito Professor Hermogenes Leitão e que após essa primeira aproximação contou também com o apoio do reitor da UNICAMP, Professor Carlos Vogt, entre outros.

Mario Cencig não fala aqui, porque esse não é o objeto central deste seu trabalho, do apoio financeiro que esta reserva recebeu. É importante no entanto lembrar e agradecer o apoio da Fundação Mac Arthur, da Fundação O Boticário, do Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA e do Projeto Corredores Ecológicos do Ministério do Meio Ambiente, da Comissão Brasileira do Programa MaB - COBRAMAB, dos Estados integrantes da Reserva, em especial à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, entre muitos outros.



Por outro lado este caderno dá bem a dimensão do amplo trabalho de construção coletiva desta Reserva da Biosfera. Espelha a busca constante de participação e representatividade, as maiores possíveis, dentro de um processo abrangente e democrático. Indica particularmente um elemento essencial desse sistema que é a forma de escolha dos membros do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica o qual é responsável pelas decisões finais de todo o seu processo. Representa, por fim, uma demonstração de um trabalho árduo porém vitorioso com uma continuidade inusual em nosso país, de implantação de uma Reserva da Biosfera, a primeira a ser reconhecida pelo Programa MaB-Unesco em território brasileiro.

Mario Cencig menciona, de passagem, outros processos também de grande importância que são as Redes Brasileira e latino-americana de Reservas da Biosfera. Fica claro de seu texto, que apesar de abrangente e complexo, este processo de construção precisa ainda ser muito ampliado. A conservação e recuperação dos corredores ecológicos da mata atlântica precisa se consolidar. Mesmo que boas notícias tenham sido amealhadas nos últimos 15 anos de transcurso desta narrativa há muito ainda que fazer. As melhores informações que podemos mencionar são as de que as áreas de Mata Atlântica nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul deixaram de diminuir revertendo a curva histórica de devastação. Notícias boas porém que precisam ser estendidas para todo o bioma tanto em quantidade como em qualidade.

Resta-me aqui nesta curta apresentação de um amplo trabalho reiterar o agradecimento ao Mario Cencig, à UNICAMP e a todos que ajudaram e ajudam a construir essa Reserva da Biosfera da Mata Atlântica que é, resultado desse apoio, uma das mais amplas, mais complexas e mais bem sucedidas de todo o Programa MaB-Unesco e que serve de referência e exemplo para todo esse sistema internacional.

José Pedro de Oliveira Costa

1. INTRODUÇÃO

Os antecedentes são muitos, ao longo de uma história que é muito rica, complexa e cheia de múltiplas questões e fatos, nem sempre interligados ou fazendo parte de uma trajetória retilínea. Escolhendo, de maneira arbitrária, um ponto de partida, pode-se dizer que o ano de 1988 foi, para a Mata Atlântica, um momento decisivo: foi criado o Consórcio Mata Atlântica - CMA e foi promulgada uma nova Constituição Federal para o Brasil.

No âmbito do país, o processo de elaboração da nova Constituição foi um palco privilegiado para os esforços daqueles que vinham defendendo uma maior preocupação com a questão ambiental no desenvolvimento da sociedade, concretizados na declaração da Mata Atlântica como “patrimônio nacional”.

O **Consórcio Mata Atlântica - CMA**, criado em 3 de novembro de 1988, veio concretizar uma série de esforços. Resumidamente: em 1974 o Instituto Florestal de São Paulo publica um estudo sobre os remanescentes florestais do estado; em 1977 o Governo de São Paulo decreta o Parque Estadual da Serra do Mar com cerca de 300 mil hectares; janeiro de 1985, deslizamento de encostas da Serra do Mar em Cubatão, provocado pelo desmatamento; junho de 1985, o Governo de São Paulo declara o tombamento¹ dos remanescentes da Mata Atlântica na Serra do Mar em todo o Estado; o Estado de Paraná realiza o tombamento da Serra do Mar em todo seu território em 1986; é concebido o projeto **Floresta Atlântica - Fase I Serra do Mar**, abrangendo os Estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, sendo iniciadas gestões junto ao Banco

¹ Tombamento: palavra utilizada para o reconhecimento oficial de importância histórica, cultural e ambiental de determinada área ou sítio. Ação validada pelos setores de cultura do governo.



Mundial para viabilizar os recursos necessários para a implantação de uma Reserva da Biosfera da UNESCO; em setembro de 1986 é criada a Fundação SOS Mata Atlântica; em 1987 a Secretaria Especial de Meio Ambiente - SMA (Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo) organiza uma reunião desses estados que foi presidida pelo Governador Franco Montoro, onde são consolidadas duas idéias: o tombamento contínuo da Serra do Mar nos cinco Estados, e a criação de um consórcio desses estados (*Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Plano de Ação*, Volume 1: Referências básicas, Unicamp/CMA, junho 1992, páginas 33-35).

O Consórcio (CMA) é formado em 1988 inicialmente por esses cinco Estados, em 1989 se incorporam o IBAMA (representando o Governo Federal) e os Estados de Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Objetivos: tratamento integrado dos remanescentes, soma das forças, aumento da prioridade para conservação nos orçamentos estaduais; quatro temas prioritários: a conservação da biodiversidade; o conhecimento, a informação e a educação ambiental; o desenvolvimento sustentável; o financiamento dos projetos. A estratégia de ação central nesse momento, era o **tombamento** dos remanescentes da Mata Atlântica aliado ao desenvolvimento social. O momento político é favorável, o Presidente eleito em 1989 tinha se comprometido, durante a campanha eleitoral, com a necessidade de reconhecimento dos principais remanescentes da Mata Atlântica como uma abrangente Reserva da Biosfera, um ponto que fazia parte da plataforma ambiental mínima elaborada pelas ONG's e apresentada aos candidatos à presidência daquele ano (*José Pedro de Oliveira Costa, Avaliação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica*, Caderno nº 6, São Paulo, inverno de 1997, 50 páginas).

A forma encontrada para a estrutura da organização do Consórcio Mata Atlântica prevê um **Conselho de Secretá-**

os, como instância máxima de deliberação e direção, uma **Coordenação** com funções de apoio e executivas, diversas **Câmaras Técnicas** para tratar questões interestaduais e/ou litigiosas, e cada estado contando com uma **Assessoria Técnica** como suporte às decisões. São realizadas muitas reuniões, duas ou três por ano do Conselho de Secretários e praticamente mensais das assessorias técnicas.

O CMA é uma entidade formada por órgãos governamentais e suas características são: não tem status formal dentro do marco legal do país, tem a legitimidade que cada um dos Secretários estaduais tem pelo seu cargo, e tem o poder de fato de implementar ações. O seu objetivo principal é a proteção dos remanescentes florestais, face ao avanço do desmatamento, e a implementação do desenvolvimento sustentável na área de abrangência de seus remanescentes.

Uma forma de proteção da floresta, adequada aos objetivos do Consórcio são as Reservas da Biosfera propostas pelo Programa MaB (*Man and Biosphere*) da Unesco.

As diretrizes da UNESCO para as Reservas da Biosfera, estão baseadas no seguinte tripé: a proteção/conservação da biodiversidade dos ecossistemas, o conhecimento científico, a implantação do desenvolvimento sustentável. A ação do Consórcio se dirigiu, assim, a ampliar o leque de interesses e ações, como também incluir amplos setores não governamentais. É um passo muito importante e que abria uma série de implicações e interrogações possíveis: aumentaria a participação da sociedade, poderia retardar os processos de tomada de decisão, poderiam aparecer e/ou aumentar os conflitos de visões, possivelmente enriqueceria o debate, possivelmente teria efeitos mais consistentes e duradouros nas medidas implementadas.



2. PERÍODO INICIAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

Esta é uma fase de “gestação”, de elaboração das primeiras idéias sobre a Reserva da Biosfera e de busca dos caminhos para concretizá-las. As “idéias força” que norteiam o processo, são basicamente: a paridade entre setores governamentais e setores não governamentais em seu sistema de gestão; a representação privilegiada de três segmentos - organizações ambientalistas, comunidades de moradores e comunidade científica - dentro do setor dos não governamentais; o equilíbrio entre esses 3 segmentos; o equilíbrio entre as 3 regiões (NE, SE, S) que compunham a Reserva; a articulação e o consenso como método de tomada de decisões. O primeiro modelo de organização proposto “replicou”, em certa medida, a estrutura do Consórcio.

1991

Em março desse ano a UNESCO aprova a **Fase I da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA**, que abrange duas áreas: a) uma, que inclui as regiões do Vale do Ribeira (sul de SP) e da Serra da Graciosa (litoral de Paraná); b) o Parque Nacional da Floresta da Tijuca, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, e a Reserva Biológica do Tinguá (no RJ). São 3 estados envolvidos: Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

Em meados de 1991, o Consórcio entra em contato com a UNICAMP, que se incorpora institucionalmente ao processo e é formado um “Grupo de Coordenação”, que, após as preliminares, tem a sua **1ª Reunião Oficial** nos dias 30/9 a 1/10, em Campinas. Nesta reunião, a universidade toma conhecimento do “Plano de Ação” para a Mata Atlântica

(março de 1991) elaborado por Ibsen Câmara, e da aprovação pela UNESCO (em março desse ano) da Fase I da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; também, a UNICAMP apresenta o “Projeto Mata Atlântica” com o qual pretende se incorporar aos trabalhos de implantação dessa Reserva, que estão sendo conduzidos pelo Consórcio. Para essa ocasião, especificamente, são constituídos sete grupos de trabalho. É aprovado um cronograma de atividades, que inclui: a distribuição ampla das conclusões do evento; a realização do “Seminário sobre Financiamento Externo” a ser realizado em Vitória-ES, visando a integração dos Estados do Nordeste; reuniões nos Estados para levantar projetos a serem incluídos; e, finalmente, a realização em dezembro, de um amplo Seminário Nacional da RBMA.

O **I Seminário Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica** acontece durante os dias 10 a 13 de dezembro de 1991, em Campinas - SP. Seu objetivo principal: *“...co-lher subsídios que possibilitem a elaboração de um Plano de Ação de Médio e Longo Prazo para a Conservação e Recuperação da Mata Atlântica em toda sua área de abrangência e que deve ser também o plano de ação de sua Reserva da Biosfera”*.

Durante o seminário, aparece a figura de **Grupo Temático**, sendo criados oito grupos temáticos, cada um com um coordenador e um coordenador adjunto, formando assim um *“Corpo de Coordenadores de Grupos Temáticos que irá trabalhar em conjunto com os Assessores Técnicos dos Estados”*². A proposta aprovada é que esses grupos temáticos se agregariam às estruturas do Consórcio Mata Atlântica, para, a partir dali, implementar um novo Sistema de Gestão para a RBMA.

² neste texto, as frases grifadas *em itálico* entre aspas indicam que foram citadas em forma literal dos documentos correspondentes.



1992

As duas estruturas – a consolidada do Consórcio Mata Atlântica e a emergente dos Grupos Temáticos – trabalham em paralelo, mas de forma articulada (e monitorada) pela Coordenadoria do Consórcio.

Após o Seminário, é realizada a **2ª Reunião do Grupo de Coordenação** (no mês de março, em Campinas - SP) e os coordenadores dos grupos temáticos realizam a análise dos projetos e elaboram uma série de recomendações. O resultado é a publicação, em forma conjunta pelo Consórcio e a UNICAMP, do **Plano de Ação da RBMA** (volume 1: Referências Básicas, 101 páginas, e volume 2: Projetos, 149 páginas), junho de 1992, ocasião em que os grupos temáticos passam (de oito) para dez em função dos projetos apresentados.

Em 10 de novembro de 1992, a UNESCO aprova a **Fase II da RBMA**, que inclui as demais regiões dos Estados de SP e RJ, situadas nas Serras do Mar e da Mantiqueira, o litoral dos Estados do ES, do RJ e de SP, tangenciando o Estado de MG. São agora cinco os Estados envolvidos pela Reserva: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná.

O Consórcio encampa a sugestão do trabalho conjunto, nas reuniões da Assessoria Técnica de agosto (São Paulo) e setembro (Florianópolis), sendo reafirmada na **3ª Reunião do Grupo de Coordenação**, dias 19 e 20 de novembro (Belo Horizonte) da qual participam os coordenadores dos dez grupos temáticos (na ocasião, é feita uma sugestão de serem seis os grupos temáticos, questão que fica para ser discutida posteriormente), e esse trabalho conjunto das Assessorias Técnicas com os Coordenadores de Grupos Temáticos é o mecanismo inicialmente vislumbrado como

a maneira de compartilhar responsabilidades e realizar a abertura para (a inclusão de) setores não governamentais. Essas duas instâncias e mais a Coordenação do CMA elaboram o futuro sistema de gestão, legitimado pela instância superior de decisão, o Conselho de Secretários: assim foi criado o **Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - CN-RBMA**.

Fica acordado, nessa reunião de novembro, que o CN-RBMA “*será responsável pelas políticas e diretrizes, pela definição de metodologias, pela aprovação de seu Plano de Ação, pelas relações oficiais com a Comissão Brasileira para o Programa MaB - COBRAMAB e de cooperação externa. Terá caráter normativo e deliberativo. Será consultivo quando chamado a analisar os casos omissos, os problemas transfronteiriços e as questões particulares de cada Estado*”. Será um colegiado de 36 membros, a sua composição deverá ser paritária, com 18 membros governamentais (4 do Governo Federal e 14 dos Governos Estaduais) e 18 não governamentais (“*6 da comunidade científica, 6 da comunidade ambientalista e 6 das comunidades de moradores*”). O primeiro mandato será de um período tampão de 2 anos. Para o processo de escolha dos membros não governamentais é definido que: cada grupo deve escolher dois representantes por região (NE, SE, S), os ambientalistas serão escolhidos pela Rede de ONGs da Mata Atlântica; os das comunidades científica e de moradores, são escolhidos conjuntamente pelas assessorias técnicas e pelos coordenadores de grupos temáticos, sendo então indicados esses 12 membros não governamentais (seis moradores e seis cientistas) que irão compor o primeiro Conselho. Outros temas: papel das câmaras técnicas (“articulação regional”) e dos comitês estaduais (implantação da RBMA nos seus estados); plano de ação; objetivos e organização do II Seminário; objetivos dos grupos temáticos; pauta para a reunião do Consórcio (Secretários e Governadores); lançamento da RBMA; personalidade jurídica do Consórcio Mata Atlântica.



Características deste primeiro período, para o qual pode-se dizer que esses objetivos iniciais foram plenamente alcançados:

- busca de parceiros,
- ampliação dos setores envolvidos pela idéia da Reserva da Biosfera,
- reflexão sobre as formas de participação e estabelecimento de acordos,
- criação do Sistema de Gestão.

3. PERÍODO 1993-1994 (1ª GESTÃO)

Estas decisões se concretizam durante o **II Seminário Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**, realizado em Belo Horizonte - MG de 15 a 18 de dezembro de 1992. Durante esses dias ocorre o II Seminário (de 15 a 18), a 1ª reunião do recém criado Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (dia 16), a 32ª reunião da Assessoria Técnica - AT do Consórcio (dia 17), e a 11ª reunião do Conselho de Secretários (dia 18).

Nessa **1ª Reunião Anual do CN-RBMA**, são empossados, pelo Coordenador do Consórcio, os membros não governamentais previamente escolhidos e os indicados pelas ONGs, assim como os governamentais indicados pelo Governo Federal e os governos estaduais para a gestão tampão de dois anos, 1993-1994. São aprovados os acordos já mencionados, quanto às atribuições do Conselho, é fixada uma periodicidade anual para as suas reuniões, como novidade é mencionado que, além dos 36 membros, o CN-RBMA poderá ter “até 2 convidados a mais”, é criado o Bureau do CN-RBMA, formado por 9 dos conselheiros, com a atribuição de

preparar a agenda da próxima reunião e as Minutas de Estatuto e Regimento interno, enfatizando que as sugestões dos conselheiros devem ser enviadas à Coordenação do Consórcio, que vai secretariar o CN-RBMA e o Bureau. São eleitos os nove membros do Bureau, quatro governamentais e quatro não governamentais, sendo que o nono será exercido pelo Presidente eleito do Conselho, José Pedro de Oliveira Costa. Também serão criadas seis Câmaras Técnicas e os Comitês Estaduais. É sugerido, outra novidade, que a estrutura de direção conte com 3 Vice-Presidentes Regionais.

A 11ª Reunião do Conselho de Secretários do CMA, realizada no dia 18, oficializa a integração ao Consórcio dos demais Estados do Nordeste (CE, RN, PB, PE, AL e SE), completando assim os 14 estados que fazem parte do CMA, trata a questão do CN-RBMA e indica os representantes governamentais dos Estados. Fica legitimado, assim, o novo Sistema de Gestão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Também, é discutido o tema da obtenção da personalidade jurídica do Consórcio.

É um momento de transição, caracterizado pela coexistência - pacífica, graças ao trabalho de articulação muito cuidadoso - de várias estruturas que se superpõem parcialmente, na medida em que alguns de seus integrantes fazem parte de mais de uma delas:

- Consórcio Mata Atlântica
 - Conselho de Secretários (14 membros)
 - Coordenadoria (1)
 - Assessorias Técnicas (15 membros)
 - Câmaras Técnicas (6)
- Coordenadores dos Grupos Temáticos (10 membros)
- Sistema de Gestão
 - CN-RBMA (36 membros “+ até 2 convidados informais”)
 - Bureau (9 conselheiros)



- Secretaria Executiva (1)
- *Câmaras Técnicas (6) - integração regional, sem poder decisório*
- Comitês Estaduais (14) - coordenar a implantação da RBMA nos estados

O que dá a direção do processo é a decisão que “o CN-RBMA terá caráter normativo e deliberativo” e a amarração é dada pela dupla função, inicialmente, da Coordenadoria do Consórcio como “secretaria executiva” do Consórcio e do CN-RBMA.

1993

A **1ª Reunião do Bureau do CN-RBMA** e a 33ª Reunião da Assessoria Técnica - AT do Consórcio são realizadas em Ilhéus - BA, dias 15 a 16 de abril de 1993 respectivamente. Continua a “intercomunicação” entre ambas estruturas: a ‘pauta de assuntos’ é muito semelhante para ambas reuniões, com diferenças de aprofundamento em algumas questões. Na primeira, são discutidas e aprovadas, para serem encaminhadas à próxima reunião do Conselho, as propostas de **Estatutos da RBMA e Regimento Interno do CN-RBMA**. São informadas (no Bureau) a questão sucessória do Consórcio e a sua personalidade jurídica. Também, é tratada a organização e financiamento do III Seminário, sendo definido que “seu objetivo é o da consolidação da implantação da Reserva”. Um tema importante que começa a ser discutido é o dos **Comitês Estaduais da RBMA**. Na reunião da AT, são informadas sobre as propostas de Estatutos e Regimento aprovadas no Bureau, e discutidas com detalhe as questões sucessória e jurídica do Consórcio, assim como a dos Comitês. É apresentado um quadro comparativo muito interessante, manuscrito, denominado “Quadro de Avaliação da Reserva da Biosfera Mata Atlântica, abril 1993” indicando a situação nos Estados (reproduzido no **Boletim nº 2**, março de 1993).

São realizadas a 34ª reunião da AT do Consórcio e a 12ª reunião do Conselho de Secretários (dia 12), assim como a **2ª Reunião Anual do CN-RBMA** (dias 13 e 14) em Domingos Martins - ES, de 12 a 15 de maio de 1993. Na reunião do CN-RBMA, houve um leque bastante abrangente de temas sendo discutidos; no referente ao sistema de gestão, especificamente, foram aprovados os **Estatutos da RBMA** e o **Regimento Interno do CN-RBMA**, com algumas modificações: a) quanto ao número de membros foi fixado em 38, sendo os 36 já combinados e mais 2 convidados, um do setor governamental e um não governamental; b) quanto aos processos de escolha dos membros, particularmente para o caso da representação dos cientistas. O artigo 7º do Regimento ficou assim nessa parte:

“... IV – os representantes dos cientistas serão os coordenadores dos Grupos Temáticos da Reserva da Biosfera, indicados pelos pesquisadores integrantes desses grupos temáticos, sendo dois da Região Nordeste, dois da Região Sudeste e dois da Região Sul;

- *1º – serão considerados “pesquisadores integrantes” dos Grupos Temáticos aqueles que estejam devidamente cadastrados pelo Conselho Nacional como pesquisadores em atividade na RBMA.”*
- *2º – o processo de indicação obedecerá a seguinte metodologia: com antecedência de 60 dias ao fim do mandato, o Presidente do Conselho abrirá processo de inscrição de candidatos, que terão 30 dias para se inscrever; após um período de 20 dias, acontecerá a votação para cada um dos grupos temáticos onde cada votante escolherá um nome dentre os candidatos desse grupo. Respeitando o critério regional, serão indicados os mais votados em cada grupo temático.”*



Os 4 representantes do Governo Federal seriam indicados pelo Presidente do IBAMA; os 6 representantes das comunidades de moradores, seriam escolhidos pelo próprio Conselho na última reunião da sua gestão; não houve modificações ao já acordado para os representantes dos governos estaduais e do setor ambientalista. A escolha dos três Vice-Presidentes foi adiada até a próxima reunião do Conselho.

Esta solução, ao resgatar a proposta feita em novembro de 1992 (ver acima) de consolidar em seis grupos temáticos, conseguiu incluir os Grupos Temáticos no organograma e, ao mesmo tempo, dar um embasamento/legitimidade/metodologia aos membros do setor científico no CN-RBMA.

Outras decisões: é instituído o **Prêmio Muriqui**, a ser entregue anualmente e é aprovado o formato do boletim, que passa a chamar-se “Boletim da RBMA”.

A UNESCO aprova, na sua reunião de 8 de outubro de 1993, a **Fase III**, que abrange áreas dos Estados de MG, SC e RS, e a **Fase IV**, que abrange áreas dos Estados da região Nordeste: CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA. São, então, 14 os Estados contemplados na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Na seqüência, é realizada a 35ª reunião da AT do Consórcio (Curitiba - PR, 15/09/93), que discute a organização do III Seminário e a possibilidade dos seminários regionais, assim como uma análise dos mecanismos de financiamento do CN-RBMA, e dos processos de implantação dos Comitês.

No mês de outubro de 1993 são realizadas (Rio de Janeiro - RJ) a **2ª Reunião do Bureau** (dia 25) e a Reunião dos Coordenadores dos Grupos Temáticos (dia 26), com o objetivo de

preparar o III Seminário Nacional. Foi bastante discutida a questão dos grupos temáticos, qual o seu papel, formas de organização, e reafirmada a fusão dos 10 grupos em 6 novos grupos temáticos. Os membros do Bureau decidem indicar três nomes para serem escolhidos como Vice-Presidentes Regionais. Foram indicados: Ricardo Braga (região Nordeste), Artur Soffiatti (região Sudeste), e Luciano Marques (região Sul).

Um comentário é pertinente: há uma prática, nesses acontecimentos descritos, de juntar – temporal e espacialmente – eventos de natureza complementar, além de um tratamento “cruzado” das questões (assuntos de um dos âmbitos informados ou tratados no outro, e vice-versa). Trata-se de um propósito consciente, a fim de assegurar um amplo intercâmbio de opiniões e articular as diversas instâncias, além de representar uma economia de tempo e recursos financeiros. Tal prática se mantém até o presente momento.

Em novembro de 1993, são realizados: a **3ª Reunião Anual do CN-RBMA** (dia 17), a Reunião dos Coordenadores dos Grupos Temáticos (dia 17), e o **III Seminário Nacional da RBMA** (de 18 a 20), em Rio de Janeiro - RJ. Na primeira é informada a homologação pela UNESCO das Fases III e IV da RBMA e, entre outros temas, tem destaque a realização de uma exposição detalhada da situação em cada um dos Estados e dos trabalhos para implantação dos Comitês Estaduais. São eleitos os três novos Vice-Presidentes (atendendo às indicações do Bureau), e aprovada a fusão em seis Grupos Temáticos. É interessante resgatar o seguinte comentário: *“por solicitação dos demais Conselheiros, o Dr José Pedro Costa esclareceu que o Consórcio Mata Atlântica é o responsável pela implantação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e, portanto, por sua gestão – o Conselho é criação do Consórcio. É desejável uma Portaria Ministerial do Ministério do Meio Ambiente, para dar mais visibilidade ao Conselho”*. Com relação ao Prê-



mio Muriqui, são estabelecidas as normas para o mesmo e outorgados os prêmios correspondentes ao ano de 1993 (o primeiro ano em que o prêmio é outorgado): para Roberto Lange (in memoriam), Sociedade Nordestina de Ecologia - SNE e Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza- FBCN.

1994

A **4ª Reunião do Bureau do CN-RBMA** é realizada nos dias 20 e 21 de junho de 1994, em Atibaia - SP. Trata de vários problemas de âmbito nacional e, pela primeira vez nessa extensão, de alguns conflitos internos no Conselho, dando encaminhamento a essas questões. Faz uma avaliação bastante aprofundada³ do estágio que alcançou a estruturação do sistema de gestão, expondo de forma bastante real as deficiências e entraves, sendo apresentado um "**quadro síntese**" contendo elementos de um plano de ação a ser executado para superar os problemas detectados. Foram aprovadas para levar à próxima reunião do Conselho: "1) que os Vice-Presidentes do Conselho sejam membros-natos do Bureau; 2) que se persiga a personalidade jurídica do Conselho; 3) que se faça uma avaliação das atividades para implantação da RBMA, na próxima reunião do Conselho". É apresentada, também, uma minuta de Estatutos para a constituição de uma "**Associação dos Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**", como modo de preencher a lacuna existente no embasamento legal/formal da Reserva, a ser encaminhada à próxima reunião do Conselho.

Essa reunião, a **4ª Reunião Anual do CN-RBMA**, acontece nos dias 20 e 21 de setembro de 1994, em Atibaia - SP, sendo realizada no dia anterior uma reunião conjunta dos Coordenadores dos Grupos Temáticos com os membros do

³Trata-se da primeira avaliação, publicada no Caderno nº 6, *Avaliação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica*, José Pedro de Oliveira Costa, Inverno 1997.

Conselho da comunidade científica. Como na próxima reunião do Conselho deverá acontecer a escolha de novos membros para a 2ª gestão, há uma discussão muito aprofundada sobre os grupos temáticos, sendo decidido na primeira reunião que:

- a) para os membros de comunidades de moradores, a metodologia proposta é: os atuais Conselheiros terão um prazo de 30 dias para indicar nomes, o Bureau fará a análise dessas indicações na sua próxima reunião e organizará uma lista de pelo menos quatro nomes para cada uma das regiões, a ser submetida à próxima reunião do CN-RBMA;
- b) para os membros da comunidade científica, são adotadas as propostas levantadas na reunião dos coordenadores, isto é: foi reafirmado que os Grupos Temáticos seriam seis; foi definido um perfil e quais seriam as tarefas dos coordenadores desses grupos; que os coordenadores seriam os conselheiros representantes dos cientistas na próxima gestão e que seriam escolhidos pelos integrantes dos grupos temáticos, tendo sido acordado que o Bureau conjuntamente com os atuais coordenadores serão os encarregados de conduzir esse processo.

O Conselho aprova estes critérios, que são adotados nesse momento como forma de aprimorar o processo de escolha. A responsabilidade das indicações fica distribuída entre os Conselheiros (indicar moradores), os grupos temáticos (se constituírem e indicar os coordenadores), e o Bureau (monitorar o processo).

A proposta (formalmente apresentada) de os Vice-Presidentes serem membros-natos do Conselho é aprovada, mas



esta decisão não foi incorporada formalmente ao Regimento. É lançada a série “Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica”. É aprovada a avaliação realizada pelo Bureau e adotadas as diretrizes indicadas no “quadro síntese” (ver acima). É feito um relato da situação de cada um dos Comitês Estaduais. São detalhadas, pela primeira vez, propostas para as **Áreas Piloto da RBMA** para cada um dos Estados. É bastante discutida a questão dos recursos financeiros. Discute-se, também, a criação da “associação dos amigos da RBMA”, a proposta de criar uma Secretaria Executiva como suporte ao Conselho, papel até esse momento desempenhado pela Coordenação do Consórcio. Nesta reunião, eclodiram vários conflitos internos, basicamente opondo setores governamentais e não governamentais, que motivaram acalorados debates, colocando a prova a própria idéia/existência do Conselho e levando à adoção da seguinte diretriz: *“1) que se deve evitar ao máximo o confronto entre as partes representadas no Conselho; 2) que, para tanto, o entrosamento entre as organizações governamentais e as não governamentais deve ser perseguido, permanentemente, na implantação da Reserva, seja no âmbito do Conselho, seja no dos Comitês Estaduais; 3) que se procure entender, com muito cuidado, o que se está discutindo, para que não se empreste dimensão maior ao conjunto de suas discussões do que aquela da importância dos fatos; 4) que, em caso de conflito, o Presidente indique um relator, que poderá ser qualquer um dos conselheiros, para instrumentalizar o processo de discussão da matéria. Esse relator não precisará ser escolhido necessariamente entre os conselheiros que representam a região onde a questão se dá; 5) que esses procedimentos sempre que possível perdurem até o Bureau buscar e propor aos contendores e ao Conselho os critérios definitivos de encaminhamento para a solução desses problemas”*. Como pode se observar, o “experimento” de construção do sistema de gestão da RBMA resistiu ao embate de visões diferentes e mostrou ser viável.

De acordo com a decisão de realizar seminários regionais, o **IV Seminário Nacional da RBMA**, é realizado em três etapas, uma para cada região da Reserva. O **IV Seminário Nacional da RBMA – Região Nordeste** acontece em Olinda - PE, nos dias 28 a 30 de novembro de 1994.

Características deste segundo período:

- definição e início formal do Sistema de Gestão,
- estabelecimento das “regras de jogo”, discussão e busca do aperfeiçoamento das mesmas,
- escolha dos atores iniciais do processo.

4. PERÍODO 1995-1999 (2ª GESTÃO)

1995

O primeiro semestre do ano foi marcado pela transição dos Governos estaduais, após as eleições. Em virtude das indefinições e de diversos complicadores nas situações nos Estados, o cronograma de reuniões inicial foi alterado.

Assim, a 5ª Reunião do Bureau do CN-RBMA é realizada em São Paulo – SP, no dia 15 de maio de 1995. Trata dessas questões, adia a realização da reunião do Conselho para o segundo semestre e discute a renovação de seus membros, incluindo uma questão importante com relação ao cronograma das ONGs para o processo de renovação das mesmas. Outro tema também muito discutido na reunião foi político: o Decreto federal 750/93 de proteção da Mata



Atlântica e as pressões existentes no Congresso Nacional para alterá-lo, sendo enviadas várias moções importantes sobre o assunto. É elaborada a pauta da próxima reunião do Conselho e a lista de indicações para os Prêmios Muriqui dos anos 1994 e 1995.

A 5ª Reunião do CN-RBMA acontece durante os dias 16 e 17 de outubro, em Itamaracá - PE. Momento político conturbado, retrocesso em vários Estados, perplexidade, “baixas nas fileiras”, etc. No panorama internacional, o grande acontecimento tem sido a realização, de 20 a 25 de março, da “Conferência Internacional da UNESCO sobre as Reservas da Biosfera” realizada em Sevilla, Espanha. O principal resultado da Conferência é o documento **Estratégia de Sevilla**, que traz novas diretrizes e responsabilidades para as Reservas, sendo outro importante produto a consolidação da “Rede de Reservas da Biosfera da UNESCO”. Grandes debates sobre a situação nacional e o Decreto 750/93.

Com relação ao sistema de gestão, é um momento de transição, quando tem que ser definidos os novos membros para a 2ª Gestão, período 1995-97 (de fato, de março de 95 a março de 98 e posteriormente prorrogado até outubro de 1999); as ONGs completaram o seu processo, tendo já sido escolhidas as seis entidades representantes, falta decidir sobre os membros das comunidades de moradores e cientistas.

Os mecanismos previamente acordados não correram na velocidade adequada (por insuficiência das respostas, por dificuldades de organização, etc.) e, assim, o Conselho aprova a continuação dos atuais membros da comunidade científica até a próxima reunião, quando os novos Conselheiros deverão até lá assumir a coordenação dos seis Grupos Temáticos, ficando encarregados de “*buscar os mecanismos pelos quais se dará a eleição de seus sucessores*”. É apresentado um modelo de ficha para efetuar o cadastramento dos

pesquisadores nos grupos temáticos. Os Conselheiros escolhem na reunião, também, os seis membros das comunidades de moradores, com o compromisso que “*até o final da gestão em curso, este Conselho deverá formular os critérios que orientarão a escolha dos mesmos*”. Vale dizer, é reforçada a responsabilidade dos Conselheiros nas escolhas, acrescentando a de definir os critérios para fazê-las.

Com relação aos dois Conselheiros a serem convidados, decidiu-se que o governamental seria um representante da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA; o não governamental deveria ser um representante do setor empresarial, ficando encarregada a Presidência de apresentar uma lista tríplice ao Bureau, a partir da qual seria escolhido um nome a ser encaminhado à próxima reunião do Conselho.

São escolhidos para essa segunda gestão, também, o Presidente José Pedro de Oliveira Costa (que é re-eleito), os três Vice-Presidentes: José Sinfrônio de Oliveira Mariz (região Nordeste), Antônio Carlos Alves de Oliveira (região Sudeste), Raquel R. B. Negrelle (região Sul) e os membros do Bureau.

Com relação à “Associação dos Amigos”, foi decidido que a minuta de Estatuto fosse re-elaborada por um outro parecer jurídico. Aprovada proposta de uma *Homepage* para a RBMA. Retomada da proposta do “Boletim”. Outorga dos Prêmios Muriqui para o ano de 1994: o Professor Ademar Coimbra Filho e o Projeto Peixe-Boi - IBAMA; e 1995: Miguel Serediuk Milano, Sebastião Sales de Sá (in memoriam) e o Projeto Centro TAMAR - IBAMA.

Fechando o ano, o **IV Seminário Nacional da RBMA - Região Sul** acontece em Porto Alegre - RS, nos dias 6 a 8 de novembro de 1995.



1996

A Secretaria Executiva passa, no início do ano, a funcionar na Casa das Reservas da Biosfera, no Instituto Florestal de São Paulo, após o incêndio do edifício da Secretaria do Meio Ambiente que destruiu suas instalações.

O **IV Seminário Nacional da RBMA – Região Sudeste** acontece em Santa Tereza - ES, nos dias 15 a 17 de abril de 1996.

A **6ª Reunião do Bureau do CN-RBMA** é realizada em São Paulo – SP, no dia 17 de junho de 1996. Aprova a pauta para a próxima reunião do Conselho. Recebe a indicação do membro convidado não governamental, representante do setor empresarial, assim como o nome que irá representar à Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - ANAMA como membro convidado governamental, a serem encaminhados ao Conselho. Com relação aos membros da comunidade científica, é colocado que a proposta está em elaboração, sendo decidido *“que trocar de Conselheiros nesta fase seria temeroso e mesmo indesejável, uma vez que os novos Conselheiros participariam de apenas uma reunião. Foi decidido, que se dê ênfase à formação dos grupos temáticos e que a forma dessas indicações seja apresentada na próxima reunião do CN-RBMA”*. Nesta ocasião, o Bureau discute largamente a questão dos membros representantes das comunidades de moradores, elaborando uma proposta detalhada. A mesma diz:

“1. idealmente, como na representação dos demais segmentos (ONGs, Governos, Comunidade científica) os representantes dos moradores deveriam ser:

- a) democraticamente escolhidos de forma autônoma pelos seus próprios pares, o que é inviabilizado pela inexistência de associação ou forma de organização de todos os moradores da área da RBMA;*
- b) terem seus nomes indicados através dos Comitês Estaduais, dos quais deveriam ser membros; o que só será possível com o pleno funcionamento dos comitês em todos os Estados da RBMA;*
- c) representantes da diversidade cultural e sócio-econômica das populações abrigadas pela RBMA;*
- d) representantes das 3 regiões da RBMA;*

2. na impossibilidade do momento de se atingir esse ideal, sugere-se como aproximação factível o estabelecimento dos seguintes critérios para indicação:

- a) a indicação deverá ser feita por região, buscando-se o consenso entre os representantes dos Estados (Governo e ONGs) envolvidos no CN-RBMA;*
- b) preferencialmente devem ser indicadas pessoas vinculadas a movimentos sociais (rurais ou urbanos) e que sejam membros diretos de comunidades dependentes do uso sustentável dos recursos naturais (pescadores, extrativistas, indígenas, pequenos agricultores) ou de áreas críticas do ponto de vista ambiental (periferia urbana, assentamentos humanos em áreas degradadas ou desprovidas de condições razoáveis de qualidade de vida);*
- c) deve-se priorizar pessoas que tenham promovido ou participado de iniciativas visando a conservação ou a recuperação ambiental em suas áreas;*
- d) deverá ser buscado, no conjunto, um equilíbrio entre sexos e faixas etárias representadas;*



e) *os representantes dos moradores escolhidos para o Conselho, deverão ter como uma de suas atribuições propor critérios e metodologia de seleção que aprimore esse processo ao longo do tempo.*”

Para a indicação dos 4 representantes do Governo Federal, foi feita a sugestão seguinte: “um, representando à Secretaria Executiva do MMA; um, o Jardim Botânico de Rio de Janeiro; dois, o IBAMA (sendo um da DIREC e o outro da DIREN)”. A análise da situação da implantação da RBMA nos Estados vai tendo, a cada reunião, um tratamento mais minucioso, e nesta é aprovada a elaboração de um questionário para que os Comitês informem sobre a situação das Áreas Piloto nos seus Estados. Outra questão importante foi a aprovação de “formas de apresentação, encaminhamento, aprovação e acompanhamento das moções” nas reuniões do Conselho, a fim de diminuir o “tumulto” causado nas reuniões. Sobre a proposta da “Associação dos Amigos”, é um assunto que não apresenta avanços.

A **6ª Reunião Anual do CN-RBMA** tem lugar de 11 a 13 de novembro de 1996, em Canela - RS. São empossados os dois Conselheiros convidados. É aprovada (e incorporada ao Regimento) a mudança proposta na indicação dos representantes do Governo Federal; o item I do artigo 7º é modificado e passa a ter a seguinte redação:

1. *os representantes do Governo Federal, pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, sendo dois membros do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; um membro do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro e um membro a ser escolhido pelo Ministério.*

Para os membros da comunidade científica, foi reiterada a apresentação feita na 5ª Reunião e, finalmente, “*acatou-se*

sugestão do Bureau de que o mandato dos atuais representantes sejam estendidos ao mesmo prazo dos atuais conselheiros para evitar-se dispersão, ou seja, dois anos mais”. Conjuntamente, aprovou-se o seguinte cronograma: aprovação formal da metodologia (na reunião), incluindo carta de encaminhamento e formulário; distribuição das fichas e convites (novembro de 1996 – abril de 1997); montagem dos grupos temáticos (maio-junho); avaliação pelo Bureau (junho-agosto); processo de inscrição e votação (setembro-outubro); posse dos novos membros (na 7ª Reunião, novembro de 1997).

Para os membros das comunidades de moradores, foi aprovada a proposta descrita acima com a seguinte conformação: “*deve-se buscar, desejavelmente, a representação de pescadores artesanais, comunidades extrativistas, pequenos agricultores, indígenas, comunidade urbana e assentados de reforma agrária. (...) os conselheiros devem, desde já, buscar a identificação de lideranças com essas características (...) para futura escolha pelo plenário do Conselho*”.

Como pode-se observar, há uma aposta no caminho dos grupos temáticos para a escolha dos Conselheiros científicos e um forte aprimoramento dos critérios para a escolha dos Conselheiros das comunidades de moradores, que tem como resultado a continuidade desses membros na gestão, em parte porque “em time que vá ganhando não se mexe” e em parte pela dificuldade em definir “o que colocar no lugar”.

Foi eleito um novo 2º Vice-Presidente: Afrânio Farias de Menezes (região Nordeste) assim como os representantes (titular e suplente) da região Nordeste no Bureau.

Com relação à “associação dos amigos”, não tinha sido elaborado o parecer do relator, assim a decisão foi deixar o



assunto “na geladeira” até uma melhor oportunidade. Foi aprovada a regulamentação para o tratamento das moções nas reuniões do Conselho. Foram eleitos os Prêmios Muriqui para o ano de 1996: Almirante Ibsen Gusmão Câmara e Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural - AGAPAN.

1997

A **7ª Reunião do Bureau do CN-RBMA** é realizada em São Paulo – SP, no dia 14 de maio de 1997, o principal assunto foi a organização da pauta para a 7ª Reunião do Conselho. Para o tratamento da situação da RBMA nos Estados, foi proposto e aprovado o envio de um questionário a ser respondido pelos Comitês Estaduais, em tempo do Bureau fazer a consolidação das informações para apresentar à reunião do Conselho.

Com relação à constituição do CN-RBMA, na questão dos membros das comunidades de moradores tem-se que *“devido à dificuldade de que essas indicações sejam decididas de forma equânime pela própria comunidade, (...) foi aprovado por unanimidade que o Conselho continue indicando esses representantes mediante listas de propostas prévias até que se tenha solução mais adequada”*. Para a comunidade científica *“foi decidido que deve ser dado todo o incentivo possível para o funcionamento dos Grupos Temáticos que elegeriam os representantes da comunidade científica”*. Finalmente, a eleição dos membros do Conselho para o período 1998-2000 *“deverá ser equacionada definitivamente na próxima Reunião Nacional”*.

Foi feita uma proposta para os **“Postos Avançados da RBMA”**. Foi recebida uma minuta de estatutos para a “associação dos amigos”, a ser analisada. Foi aprovada a institucionalização do dia 27 de maio como o “Dia da Mata Atlântica”.

A questão da escolha dos membros da comunidade científica no CN-RBMA, continua sendo debatida. No dia 28 de agosto de 1997 - após a realização da 7ª reunião do Bureau no mês de maio - foi realizada na Casa das Reservas da Biosfera (no Horto Florestal, em SP) uma reunião dos seis membros do Conselho representantes da comunidade científica com o Presidente e integrantes da Secretaria Executiva do Conselho, para avaliação do andamento do processo e o seu aprimoramento. Nesta reunião, após longo debate, foi elaborada uma proposta muito detalhada para a escolha dos membros da comunidade científica no Conselho, indicada a continuação.

“ Objetivos:

1. *Definir a estratégia de implantação do sistema de renovação dos representantes da comunidade científica junto ao CN-RBMA.*
2. *Propor a organização e a política de atuação para os 6 Grupos Temáticos da RBMA.*

Deliberações

1. Banco de dados (cadastro de cientistas) referencial para organização do Grupo de Trabalho - GT e renovação do Conselho (Estratégia de ação):

- a) *redigir carta convite para inserção dos profissionais em um dos Grupos Temáticos;*
- b) *a carta deverá explicitar o que é a RBMA, quais os objetivos do GT e quais as funções e perfil dos seus membros, do grupo coordenador e dos Conselheiros do CN-RBMA;*



- c) *um formulário de inscrição que incluirá opção de vínculo de primeiro e segundo interesse, será enviado anexo;*
- d) *incluir neste formulário consulta sobre disponibilidade em inscrever-se como candidato ao Comitê de Coordenação do GT com possibilidade de ser Conselheiro do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica;*
- e) *enviar carta (e formulários anexos) para diferentes instituições e pessoas (que também possam ser centros dispersores deste documento);*
- f) *as respostas deverão ser encaminhadas à secretaria do CN-RBMA, que se encarregará de triá-las e iniciar a formalização do cadastro de pesquisadores por GT.*

2. Organização dos GT

- a) *cada grupo temático será composto pelos profissionais que enviarem o formulário de inscrição;*
- b) *o processo de inscrição é de fluxo contínuo;*
- c) *o membro do GT: deverá ser um profissional que desenvolva pesquisa e/ou ações específicas na área de abrangência da RBMA dentro da temática do GT; deve estar formalmente vinculado a uma instituição ou centro de pesquisa (privada ou governamental);*
- d) *dentre os membros do GT será eleito um Comitê Coordenador composto por 6 (seis) membros, 2(dois) de cada região geográfica da RBMA.*

3. Eleição do Comitê Coordenador do GT

- a) *as inscrições obtidas até 20 de outubro serão analisadas,*

pelos atuais representantes da comunidade científica quando do Seminário Nacional em Alagoas (novembro de 1997), quanto ao interesse em participar do Comitê Coordenador;

- b) *far-se-á a divulgação, entre os inscritos nos GT específicos, dos potenciais coordenadores (interesse manifestado no formulário de inscrição);*
- c) *os membros de cada GT deverão votar em 6 candidatos (2 por região);*
- d) *os 2 (dois) candidatos mais votados por região comporão o Comitê de Coordenação do GT;*
- e) *o Comitê Coordenador terá mandato de 3 anos sendo permitida a recondução.*

4. Funções do Comitê Coordenador do GT

- a) *manter e atualizar o cadastro de pesquisadores bem como das pesquisas efetuadas na área de abrangência da RBMA;*
- b) *definir calendário de ações, prioridades de discussões do GT. Este documento deverá ser apresentado ao CN-RBMA na primeira reunião subsequente à formalização do Comitê;*
- c) *estabelecer e manter veículo de troca de informações entre seus membros;*
- d) *definir, em conjunto com os outros GT, a representação junto ao Conselho Nacional da RBMA;*
- e) *auxiliar na captação de recursos para implementar o calendário proposto bem como para propiciar a participação dos seus membros no Seminário Nacional da RBMA;*



- f) *organizar seminários e documentos científicos;*
- g) *assessorar na avaliação de projetos que solicitarem financiamento e dos trabalhos a serem publicados, quando demandado.*

5. Definição dos representantes da comunidade científica junto ao CN-RBMA

- a) *os 36 membros dos diferentes Comitês Coordenadores dos GT definirão os 6 representantes do Conselho, indicados pelos 6 grupos temáticos, obedecendo a paridade por região;*
- b) *as eventuais reuniões destes 36 membros será subsidiada com recursos buscados especificamente para este fim;*
- c) *para a obtenção deste recurso far-se-á esforço conjunto entre GT e CN-RBMA;*
- d) *é recomendável que o membro do GT, candidato à posição de Conselheiro, tenha apoio logístico da Instituição à qual está vinculado;*
- e) *o Conselheiro, além das atribuições já previstas no estatuto do CN-RBMA, fará o relatório de atividades desenvolvidas, ações propostas e reivindicações do GT que representa junto ao CN-RBMA;*
- f) *a posse dos novos Conselheiros será feita na Reunião Nacional do CN-RBMA em 1998;*
- g) *os atuais conselheiros terão seus mandatos expandidos até a referida posse."*

Como pode ser observado, trata-se de uma proposta muito minuciosa, a mais completa e detalhada feita até esse momento, bastante complexa na sua execução e com definição precisa dos papéis dos diversos atores no processo.

São realizados, no mês de novembro de 1997, o **V Seminário Nacional da RBMA** (dias 10 e 11) e a **7ª Reunião do CN-RBMA** (dias 13 e 14), em União dos Palmares – AL. Na reunião do Conselho, as propostas para os membros representantes das comunidades de moradores e científica foi discutida e aprovada, a decisão importante geral tomada nesse momento foi a seguinte: *“para garantir o melhor desempenho e também que a escolha dos novos conselheiros ocorresse sem descontinuidade devido às eleições e troca de governo que podem ocorrer em 1998, após longa discussão e por decisão consensual, os mandatos dos atuais Conselheiros foram estendidos por mais três meses até meados do 1º semestre de 1998”.*

Houve propostas de “postos avançados” e a formação de uma comissão para avaliá-las. Foi apreciada a proposta para a “associação dos amigos” mas não foi aprovada, devendo ser re-elaborada.

São criadas a página de Internet da RBMA (www.unicamp.br/nipe/rbma) e a lista eletrônica de discussão (rbma-l@unicamp.br), alojadas no servidor do Centro de Computação da UNICAMP.

Os prêmios Muriqui de 1997 foram outorgados para Russell A. Mittermeier e Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

1998

A **8ª Reunião do Bureau do CN-RBMA** é realizada em São Paulo – SP, no dia 24 de março de 1998, quando é apresentada a versão preliminar do “Manual dos Comitês Estaduais”



Discute-se a questão da escolha dos conselheiros não governamentais, há uma proposta para redefinir os Grupos Temáticos como “comissões”, que sejam dinâmicas por problemas e não estáticas como hoje. Após a constatação que o mecanismo elaborado (ver acima) para a escolha dos conselheiros científicos não tem funcionado satisfatoriamente, é adotada uma solução transitória: “trazer 3 nomes para cada um dos seis candidatos cientistas”.

Sobre a “associação dos amigos”, está sendo aguardado um novo parecer jurídico, para encaminhar a questão à decisão do Conselho.

A **8ª Reunião Anual do CN-RBMA**, acontece nos dias 29 e 30 de setembro de 1998, em Matinhos - PR. No dia anterior, é realizado o **1º Encontro Nacional dos Comitês Estaduais da RBMA - CE-RBMA**.

A questão dos Comitês Estaduais vinha crescendo nas sucessivas reuniões do Conselho, tomando mais espaço e, mais notavelmente, tendo cada vez mais importância nas discussões. Essa situação é oficializada destinando um dia para essa questão, que fica institucionalizado como **1º Encontro dos CE-RBMA**, evento a ser realizado no primeiro dia de cada reunião ordinária do Conselho. É sugerido, com antecedência, um pequeno roteiro para os coordenadores fazerem a apresentação da situação nos respectivos Estados, que inclui: data e instrumento de criação do Comitê; composição; existência de regimento interno; periodicidade das reuniões; avanços conseguidos e dificuldades encontradas. A reunião discute em profundidade as situações estaduais. É apresentado o Caderno Nº 9 (Manual para Implantação dos Comitês Estaduais).

A questão da representação no Conselho dos membros das comunidades científica (especialmente) e de moradores é complexa, não tendo sido possível encontrar, até esse momento, uma boa solução para o problema. Portanto, foi deliberado: “*considerando-se a proximidade das eleições estaduais (04 de outubro 98), que poderá alterar o quadro dos representantes governamentais a partir do início de 1999, foi discutida e deliberada a prorrogação do mandato dos atuais Conselheiros até a próxima Reunião Ordinária do Conselho, prevista inicialmente para abril/maio do próximo ano, já com os novos membros governamentais indicados. Nessa próxima reunião, será feita a eleição para presidente e vice do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e membros do Bureau. Os novos representantes das ONGs serão eleitos através da Rede de ONGs da Mata Atlântica, também até a data da reunião do Bureau em 1999. Os atuais representantes da comunidade científica, reunidos regionalmente e ouvindo sugestões dos Comitês Estaduais de sua região indicarão os nomes dos novos representantes também na reunião do Bureau. Os representantes dos moradores, respeitados os critérios estabelecidos na Reunião do Conselho em Canela/RS (1996), serão indicados pelos Conselheiros, ouvindo-se os Comitês Estaduais e observando o mesmo prazo*”.

Isto é, inicialmente (item 1ª da pauta) é deliberado postergar até abril de 1999 a definição de novos membros e prorrogar os mandatos dos atuais Conselheiros até a próxima Reunião do Conselho. A questão volta a ser discutida nos itens 6.e (“representação da comunidade científica”) e 6.g (“eleição para o período 1998-2000”) da pauta, sendo deliberado pela prorrogação dos mandatos - correspondentes à 2ª Gestão (período 1995-97) - vencidos no início de 1998, por mais 2 anos (este de 1998, que já está no fim e o ano próximo, 1999), sendo formada uma comissão para adequar os Estatutos e o Regimento Interno às seguintes deliberações: mandato de 4 anos, permitida a recondução, renovação alternada a cada 2 anos. Com esta decisão, há um corte na seqüência das gestões: inicialmente, seria 1993-94 (2 anos),



1995-97 (3 anos), 1998-2000 (3 anos), 2001-2003 (3 anos), etc.; agora fica assim, 1993-94 (2 anos), 1995-99 (3 anos regimentais + 2 anos de prorrogação), 2000-2003 (4 anos), etc.

Pode-se observar que a questão da indicação de moradores e cientistas ainda não está resolvida totalmente, relacionada a uma questão maior que é a das eleições nacionais e a coincidência de prazos. Isso coloca a proposta de estabelecer novas regras de jogo, nas quais é ampliada a coresponsabilidade pelas indicações: a frase “*ouvindo-se os Comitês Estaduais*” os inclui, parcialmente, junto aos Conselheiros, os coordenadores dos grupos temáticos e o Bureau como atores necessários nas decisões. Os prêmios Muriqui de 1998 foram outorgados para Denise Marçal Rambaldi e para a Fundação SOS Mata Atlântica.

1999

A **9ª Reunião do Bureau do CN-RBMA** é realizada em São Paulo – SP, no dia 28 de maio de 1999, prepara a pauta da próxima reunião do Conselho, recebe algumas indicações (poucas) de nomes para serem levados como candidatos ao Conselho, elabora a lista dos candidatos ao Prêmio Muriqui, recebe sugestões para mudanças no Regimento Interno.

A **9ª Reunião Anual do CN-RBMA**, acontece nos dias 28 e 29 de outubro de 1999, em Ilhéus – BA. Após acalorados debates sobre a atuação e o papel dos Grupos Temáticos, os mesmos ficam extintos e, portanto, “*haverá proposta de eleição de representantes da comunidade científica, revendo critérios para sua viabilização*”, a serem incluídas nas mudanças nos Estatutos e Regimento Interno, junto com as seguintes deliberações (surgidas da 9ª reunião do Bureau): “mandato de 4 anos, permitida a recondução, renovação

alternada a cada 2 anos” e, também, a menção explícita ao Jardim Botânico de Rio de Janeiro como um dos quatro Conselheiros representantes do Governo Federal. Com relação à presumível incorporação dos Estados de Mato Grosso do Sul, Piauí e Goiás, é decidido que “*poderão participar como observadores, não necessitando alterar o Regimento até que haja uma definição oficial desses três Estados*”.

A “extinção” dos grupos temáticos como mecanismo para a escolha dos Conselheiros é uma mudança fundamental nas regras de jogo, que coloca a necessidade de adotar outras regras, mas que ainda devem ser definidas.

Um tema muito discutido é o das Vice-Presidências, com as alternativas de adotar um critério regional (NE, SE, S) o um hierárquico (1º, 2º, 3º), vencendo a primeira alternativa. São eleitos o Presidente: Clayton Ferreira Lino e os 3 Vice-Presidentes Regionais: Hiramisis Paiva de Paula (região Nordeste), Sérgio Lucena Mendes (região Sudeste), e José Itaqui (região Sul), já para um período de 4 anos (2000-2003), assim como os membros do Bureau.

Foi aprovada, finalmente, a criação do **Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - IA-RBMA**, como forma de dar suporte legal às atividades do Conselho. Acontece, no dia 28, a 1ª Assembléia Geral do Instituto, para a fundação do mesmo.

Os prêmios Muriqui de 1999 foram outorgados para João Paulo Capobianco e para o Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro. É realizado, também nesses dois dias, o **VI Seminário Nacional da RBMA**.



Características deste período:

- turbulências iniciais externas à RBMA, por conta da transição política no país;
- busca e experimentação, ao longo de todo o período, por novas formas de inserção dos membros das comunidades de moradores e cientistas no Conselho;
- alteração da duração desta Gestão devido, fundamentalmente, a dois motivos: não ter chegado ainda a uma solução satisfatória para esses mecanismos e necessidade de se prevenir de possíveis turbulências (oriundas da cena política do país) por conta da coincidência de datas com o calendário eleitoral;
- adoção de mudanças nas “regras de jogo” para a próxima gestão, como solução aos debates havidos no período sobre os mecanismos de escolha e para desatrelar a questão sucessória do CN-RBMA da vida no país.

5. PERÍODO 2000-2003 (3ª GESTÃO)

2000

A **10ª Reunião do Bureau do CN-RBMA** é realizada em São Paulo – SP, no dia 9 de maio de 2000, prepara a pauta da 10ª reunião do Conselho, define o local (mosteiro Zen Morro da Vargem, em Espírito Santo) de sua realização, faz a lista de indicações ao Prêmio Muriqui, analisa os relatórios de vários projetos em andamento.

Acontece a **1ª Reunião do Bureau do Instituto Amigos da RBMA**.

De 9 a 11 de junho de 2000, no Rio de Janeiro - RJ, é realizado o **1º Encontro de Reservas da Biosfera do Brasil e Mercosul**, um evento importante nos trabalhos de integração das reservas da biosfera do continente e que discute o tema dos corredores ecológicos transfronteiriços, sendo lançado um documento bilíngüe (português-espanhol) com as deliberações do Encontro.

De 26 a 28 de outubro de 2000 tem lugar quatro eventos: o **2º Encontro Nacional dos Comitês Estaduais** (dia 26), a **10ª Reunião do CN-RBMA** (dias 27 e 28), a **1ª Reunião Extraordinária do CN-RBMA** (dia 27), a **2ª Assembléia Geral do Instituto Amigos da RBMA**, no Posto Avançado Mosteiro Zen Morro da Vargem, em Ibiracatu – ES.

As exposições dos coordenadores dos Comitês, durante o 2º Encontro Nacional dos Comitês Estaduais, são bastante completas e mostram uma melhora de qualidade com relação à situação do ano anterior, aparecendo um esboço de sistematização e avaliação destes relatos (é feita a seguinte pergunta aos coordenadores: “*na sua avaliação, a situação melhorou, piorou, ou ficou igual ?*”).

Durante a 2ª Assembléia Geral do Instituto Amigos da RBMA, é dada a informação que o Instituto “*já possui o CNPJ e seu estatuto está nos moldes das OSCIP’s, definidos pela Lei do Terceiro Setor*”; é aprovado o Regimento Interno; é aprovado o Plano de ação para o período 2000/2001; é fixada uma contribuição anual para os sócios (que poderá ser de R\$ 50,00, 75,00 ou 100,00).

A 10ª Reunião ordinária (e a 1ª Reunião extraordinária) do Conselho consolidam as mudanças no Sistema de Gestão, modificando os Estatutos e o Regimento Interno. Em função dessas alterações, a composição do Conselho foi aumentada



de 38 para 40 membros, o mandato passou a ser de 4 anos, contemplando a recondução. Para os membros governamentais, passou-se de 1 para 2 membros convidados, tendo sido escolhidos por votação, um representante do Ministério de Planejamento e um representante do Ministério de Agricultura, a serem convidados nessa ordem. Para os membros não governamentais, passou-se de 1 para 2 membros convidados, trocando a figura de “empresário conservacionista” pela de “representantes dos setores produtivos”, e sendo escolhidos por votação dois representantes, um do Instituto Ethos e outro da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) a serem convidados para fazer parte do Conselho.

Os critérios para escolha dos Conselheiros, portanto ficaram assim legislados no artigo 6º do Regimento Interno onde diz que: “*os Conselheiros são indicados segundo os seguintes critérios e procedimentos:*”

1. *Os representantes do Governo Federal, pelo Ministério do Meio Ambiente, sendo 2 (dois) membros do IBAMA, 1 (um) membro do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro e 1 (um) membro a ser escolhido pelo Ministério;*
2. *Os representantes dos Estados, pelos respectivos Secretários das pastas que respondem pela questão ambiental nesses Estados;*
3. *Os representantes do setor ambientalista não governamental serão constituídos por 2 (dois) membros de cada uma das regiões da Reserva (NE, SE e S) e serão indicados pela Rede Mata Atlântica através de eleições realizadas a cada 2 (dois) anos, quando 3 (três) representações serão trocadas, uma por região da reserva. O processo de escolha deve ser divulgado o mais amplamente possível;*
4. *Os representantes da comunidade científica serão constituídos por pesquisadores escolhidos pelo CNRBMA que tenham*

atividades de pesquisa na Mata Atlântica, vinculados à instituições de pesquisa e serão indicados pelos Comitês Estaduais, sendo 2 (dois) membros de cada região da RBMA;

5. *Os representantes das comunidades de moradores serão indicados pelos Comitês Estaduais e aprovados pelo CNRBMA, na última reunião de sua gestão, sendo indicados 2 (dois) membros de cada região da RBMA; um dos indicados deve ser preferencialmente pertencente às comunidades tradicionais e outro representante de trabalhadores ou pequenos produtores rurais indicado por sua entidade representativa.”*

Trata-se da institucionalização das regras de jogo resultantes da discussão da 9ª reunião do Conselho, com uma mudança importante nos papéis dos atores envolvidos: “*..serão indicados pelos Comitês Estaduais*”. Isto é, agora a responsabilidade das indicações é transferida dos Conselheiros para os Comitês, continuando a responsabilidade da escolha a ser do Conselho e a do Bureau de monitorar o processo.

São escolhidos na reunião os Conselheiros para essa terceira gestão, abrangendo o período de 2000 a 2003. São também eleitos os membros do Bureau.

Durante a reunião, houve apresentação de programas e projetos, assim como um relatório de atividades 1999/2000. Foi apresentado, também, um organograma para o sistema de gestão da RBMA.

Foram homologados vários Comitês Estaduais. Um tema bastante discutido é o dos “postos avançados”, são aprovadas as propostas apresentadas, sendo decretada uma moratória para o encaminhamento de novas propostas e nomeada uma comissão para elaborar, até a próxima reunião do Bureau, um texto que aperfeiçoe os critérios e estabeleça as normas para esta questão, a serem aprovadas na



próxima reunião do Conselho. São escolhidos os ganhadores do Prêmio Muriqui do ano 2000, que são outorgados para Sebastião Salgado, República Federal da Alemanha e um Prêmio Muriqui Especial para Judith Cortesão.

2001

Foi aprovada pela UNESCO em novembro de 2001 a **Fase V de RBMA**, que anexa áreas nos Estados de Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, incluindo mais um estado, o Mato Grosso do Sul, aumentando a área da RBMA para aproximadamente 350.000 km² levando seus limites às demais Reservas Brasileiras com exceção da RB da Amazônia Central.

A **11ª Reunião Anual do Bureau** do CN-RBMA é realizada em São Paulo – SP, no dia 22 de maio de 2001. Prepara a pauta da próxima reunião do Conselho, elabora a lista de candidatos ao Prêmio Muriqui. Discute, modifica e aprova o texto apresentado sobre os Postos Avançados, a ser encaminhado ao Conselho. Analisa a situação dos comitês estaduais, surgindo a idéia de elaborar uma metodologia para avaliá-los comparativamente (algo assim como um ‘comitômetro’).

De 15 a 20 de outubro tem lugar quatro eventos: o **3º Encontro Nacional dos Comitês Estaduais** (dias 15 e 16), a **11ª Reunião do CN-RBMA** (de 15 a 18), a **3ª Assembléia Geral do Instituto Amigos da RBMA** (dia 18), na Praia do Rosa em Imbituba - SC, e o **VII Seminário Nacional da RBMA** (de 18 a 20) em Florianópolis.

No Encontro dos comitês, há um pedido para os coordenadores auto-avaliarem os seus próprios comitês com uma nota, e a continuação é apresentado o documento Proposta de Avaliação dos CEs, contendo uma metodologia de indicadores e de cálculo de um “índice de desenvolvimento dos CEs”. É apresentado o documento Papel dos CEs na gestão da RBMA; é apresentado, também, o documento (aprovado no Bureau) Postos Avançados da RBMA com a proposta de critérios e procedimentos para os mesmos, recebendo diversas modificações e sendo aprovado pelos Coordenadores primeiro e, formalmente, depois pelos Conselheiros, na reunião do CN-RBMA; a seguir, houve a apreciação de propostas de novos postos avançados.

Foi deflagrado o processo de “**Avaliação dos 10 anos da RBMA**”, com uma apresentação e a distribuição de um questionário a ser respondido pelos Conselheiros, a fim de colher subsídios para a elaboração de um documento que, após apreciação e aprovação da próxima reunião do Conselho, seria encaminhado à UNESCO como parte dos compromissos assumidos pela RBMA; discussão de critérios e indicadores.

Outros temas: “novas reservas da biosfera do Brasil”, “o FUNBIO e a Mata Atlântica”, “PNF – Programa Nacional de Florestas”, “corredores ecológicos”, “projetos bilaterais via KfW”, “fase V da RBMA”, apresentação de programas e projetos em andamento, “termo de cooperação do programa Municípios e Meio ambiente”, “implementação do Programa BRAMaB”, “Atlas dos remanescentes”. Escolhidos os ganhadores do Prêmio Muriqui de 2001.

Os prêmios Muriqui de 2001 foram outorgados para Alceo Magnanini; para a Rede de ONGs da Mata Atlântica e um Prêmio Especial para José Pedro de Oliveira Costa.



2002

Em paralelo com o processo de avaliação dos 10 anos da Reserva, é conduzido um processo de “planejamento estratégico da RBMA”, os quais tornam-se a grande marca do ano de 2002.

Durante os meses de março e abril são realizadas várias reuniões no âmbito da Secretaria Executiva, sendo elaborada a **Versão 1.0 do Plano Estratégico**, cujo texto é finalizado no início de maio.

De 27 a 29 de maio acontecem em São Paulo – SP: a **12ª Reunião do Bureau do CN-RBMA**, a **3ª Reunião do Bureau do IA-RBMA** e a **Etapa 2 de Planejamento Estratégico** (etapa do Bureau). Desta etapa, surge a **Versão 2.0 do documento**, que é distribuída aos Estados para os Comitês Estaduais realizarem suas respectivas reuniões.

No dia 4 de setembro é realizada em Florianópolis – SC, a reunião de planejamento estratégico com os Comitês da região Sul. No dias 23 e 24, a reunião dos Comitês da região Nordeste, em João Pessoa – PB. Diversas sugestões são feitas nessas reuniões, as que são incorporadas, sendo assim elaborada a **Versão 3.0 do Plano Estratégico**, a ser discutida na reunião do Conselho.

No mês de novembro acontecem o **4º Encontro Nacional dos Comitês Estaduais** (dia 5), a **12ª Reunião Anual do CN-RBMA** (de 6 a 8) e a **4ª Assembléia Geral do IA-RBMA** (dia 7), em Aracaju - SE.

No Encontro dos Comitês é apresentado, recebendo diversas sugestões, a proposta de um modelo de “Relatório de

atividades” para os Comitês fazerem os seus informes anuais de uma forma padronizada, contendo as informações consideradas mais relevantes e passíveis de fazer comparações, colocar de relevo os aspectos positivos e detectar os problemas a serem corrigidos. É aprovada a idéia de contar com um tal relatório, depois referendada na reunião do Conselho, que deverá ser formatado incluindo os comentários feitos pelos Conselheiros.

O eixo central da reunião do Conselho é a discussão do plano estratégico. Com relação ao Sistema de Gestão, são aprovadas mudanças significativas. Uma delas diz com respeito à Presidência e às Vice-Presidências Regionais, tendo sido deliberada uma nova estrutura de participação e representação:

“Vice-Presidência Nacional do CN-RBMA:

1. *haverá um Vice-Presidente Nacional, que substituirá o Presidente nos seus impedimentos,*
2. *ambos serão eleitos conjuntamente pelo Conselho Nacional através do sistema de chapas.*

Colegiados Regionais da RBMA:

1. *haverá 3 (três) Colegiados Regionais, NE, SE e S,*
2. *o Colegiado dos Comitês Estaduais da região é formado por todos os Coordenadores dos CEs da região, que são membros plenos, e mais o Coordenador Regional, membro com voz, mas sem direito a voto (caso ele seja um Coordenador de Comitê Estadual, ele vota nessa condição),*
3. *o Coordenador de cada região será um dos membros dos Comitês Estaduais da região,*



4. *ele será eleito pelo Colegiado dos Comitês Estaduais da região,*
5. *para ser candidato a Coordenador Regional ele deve ser escolhido por maioria simples (metade mais um) dos membros do Comitê Estadual,*
6. *os Coordenadores Regionais não são, necessariamente, membros do Conselho Nacional, mas serão sempre convidados para as reuniões do CN-RBMA e do Bureau,*
7. *a duração do mandato será definida pelo Colegiado no seu regimento interno, recomendando-se que seja, no mínimo de 2 (dois) anos e no máximo de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzido.*

Papel dos Coordenadores Regionais da RBMA:

1. *representar o Colegiado da região, nas questões de abrangência regional definidas pelo colegiado, não interferindo nas questões estritamente estaduais,*
2. *articular os interesses regionais, visando o trabalho conjunto dos Comitês Estaduais,*
3. *estimular e apoiar a consolidação do Sistema de Gestão de cada um dos Estados de sua região,*
4. *trabalhar junto à Secretaria Executiva Nacional a fim de garantir o fluxo permanente bidirecional de informações e rotinas operacionais entre as instâncias regional e nacional.*

Nas questões de interesse estadual, a relação continuará se dando entre os Comitês Estaduais e o Conselho Nacional e/ou a Secretaria Executiva Nacional, sem a intermediação das Coordenações Regionais.

Núcleos de Apoio Operacional:

1. *as Vice-Presidências Regionais contarão com um Núcleo de Apoio Operacional para execução das tarefas de sua competência*

O Conselho Nacional e os Colegiados regionais definirão conjuntamente os mecanismos para assegurar os meios necessários ao funcionamento desses Núcleos, que poderão ter ou não Sede fixa dependendo das situações concretas”.

Uma outra deliberação refere-se aos membros das comunidades de moradores e científica; a última mudança do Regimento já tinha definido que a escolha será feita pelo próprio Conselho a partir de indicações encaminhadas pelos Comitês, a novidade agora é a proposta de um procedimento padronizado (é apresentada uma “ficha de candidato”) para fazer essas indicações:

- *“Sugere-se que para a representação dos **moradores**, além dos critérios já definidos pelo Conselho, seja sempre observada a necessidade de indicação de nomes pelos Comitês Estaduais como forma de aproximar mais esta representação do Sistema de Gestão e das ações locais da RBMA. Haverá um modelo de ficha padronizada que os Comitês Estaduais receberão para fazer essas indicações.*
- *Quanto a escolha dos representantes do setor **científico**, recomenda-se a institucionalização do processo e que seja considerada a representação regional e também temática. A indicação de nomes será feita pelos Comitês Estaduais e, como na representação dos moradores, também haverá um modelo de ficha padronizada que os Comitês Estaduais receberão para fazer essas indicações”.*



Após algumas sugestões sobre as informações a constar nas fichas, a proposta é aprovada.

A fim de não alterar o equilíbrio regional e por se tratar de um único Estado, foi deliberado manter as 3 regiões, incluindo o Estado de Mato Grosso do Sul na região Sul para fins do sistema de Gestão da RBMA:

- Região Nordeste: RN, CE, PB, PE, AL, SE, BA
- Região Sudeste: ES, MG, RJ, SP
- Região Sul: PR, SC, RS, MS.

Essas deliberações foram incluídas nos Estatutos da RBMA e no Regimento Interno do CN-RBMA durante a 13ª Reunião do Conselho (Ouro Preto/MG).

2003

A **13ª Reunião do Bureau** do CN-RBMA é realizada em São Paulo – SP, no dia 15 de abril de 2003. Prepara a pauta da próxima reunião do Conselho, elabora a lista de candidatos ao Prêmio Muriqui. Houve informações sobre o documento de Avaliação dos 10 anos da RBMA. Discute novamente, para esclarecimento e aperfeiçoamento, a questão dos Postos Avançados e analisa três pedidos apresentados, sendo um deles devolvido ao proponente para complementação e os outros dois aprovados, com requisitos a ser cumpridos.

A questão do planejamento estratégico é tratada pelo Bureau e são aprovadas as modificações aos Estatutos e Regimento interno a serem encaminhadas ao Conselho. Aqui há uma modificação importante, resultado das reuniões regionais acontecidas após a reunião do Conselho; basicamente, trata-se da figura do Coordenador Regional (já

não mais Vice-Presidente Regional) e da possibilidade do mesmo ser um Coordenador de comitê estadual ou um membro do Conselho Nacional.

Também acontece a **4ª Reunião do Bureau do Instituto Amigos da RBMA**.

Características deste período:

- ampliação dos assuntos tratados (postos avançados, comitês estaduais, avaliação, planejamento estratégico, programas e projetos, plano de ação),
- ampliação do âmbito geográfico e institucional da RBMA,
- maior distribuição de responsabilidades e democratização das decisões,
- forte atividade de auto-análise,
- busca do fortalecimento institucional, da participação e da representatividade,
- busca de uma maior inserção na sociedade e influência política.

Os prêmios Muriqui de 2002 foram outorgados para Aziz Ab`Saber, Mosteiro Zen Morro da Vargem e um Prêmio Especial (in memoriam) para José Lutzemberger.

Fechando o ano de 2003, acontecem em Ouro Preto – MG, a **4ª Reunião da Rede Brasileira de Reservas da Biosfera** (dia 7 de dezembro), o **4º Encontro Nacional dos Comitês Estaduais** da RBMA (dia 8), a **5ª Assembléia do IA-RBMA** (dia 9), a **2ª Reunião extraordinária do CN-RBMA** (dia 9), a **13ª Reunião ordinária do CN-RBMA** (dias 9 e 10) e o **VIII Seminário Nacional da RBMA** com o tema “Compensação Ambiental” (dias 11 e 12).

Durante a reunião da **Rede de Reservas**, é apresentada a situação de cada uma delas, a da Caatinga, a do Cerrado, a do Pantanal, a da Amazônia Central, a da Mata Atlântica



e do Cinturão Verde de São Paulo nela incluída. São discutidos problemas comuns, a situação ambiental do país, as questões políticas do novo Governo Federal, sendo aprovados o documento “Carta de Princípios” e uma “Moção” ao Ministério de Meio Ambiente, enfatizando a importância das reservas da biosfera para a questão ambiental do país. É aprovado, também, um “plano de ação 2004” que contém, entre seus pontos, a recomendação de realizar um processo de planejamento estratégico da Rede.

No **Encontro dos Comitês Estaduais**, nove deles (AL, Ba Sul, ES, PB, PE, RJ, RS, SC, SP) apresentam suas informações já no formato de “relatório de atividades” aprovado no ano anterior e aprimorado na 13ª reunião do Bureau, os comitês de RN, MG, PR e MS fizeram uma apresentação oral, sendo que os comitês de MG e PR não estão funcionando e o de MS ainda não foi constituído; na reunião não houve informação sobre os comitês de Ceará e Sergipe; após o encontro, é elaborado um relatório de análise das informações fornecidas pelos comitês. Um tema discutido é o das “áreas piloto”, a partir da necessidade de serem melhor definidas e da proposta de serem retiradas do Sistema de Gestão, uma vez que não são instâncias de discussão ou decisão da RBMA. A eleição dos Coordenadores e Vice-Coordenadores Regionais foi uma outra questão importante do Encontro.

A **2ª Reunião Extraordinária** teve como objetivo a modificação dos Estatutos, em consonância com o que tinha sido acordado durante o processo de planejamento estratégico. São incorporadas, assim, ao Sistema de Gestão as figuras dos Colegiados Regionais, dos Coordenadores, das Entidades Vinculadas, das Entidades Associadas, do Vice-Presidente, e retiradas dele as Áreas Piloto. Estas mudanças foram completadas no Regimento Interno; especificamente, é estabelecida a eleição conjunta, pelo sistema de chapas, do Presidente e Vice-Presidente do CN-RBMA e com

relação à eleição dos representantes de moradores há uma mudança no tipo de representação, com o qual o artigo 6º fica assim no seu inciso IV:

IV. “os representantes das comunidades de moradores serão indicados pelos Comitês Estaduais e aprovados pelo CN-RBMA, sendo indicados 2 (dois) membros de cada região da RBMA; um dos indicados deve pertencer às comunidades tradicionais e outro deve ser trabalhador rural, agricultor familiar ou de outra categoria de morador indicado por sua entidade representativa;”

A **13ª Reunião do Conselho** trata de diversos assuntos. São apresentados três pedidos de Postos Avançados, os quais, não havendo objeções, são encaminhados para receberem um parecer a ser encaminhado para a próxima reunião do Bureau. Dois temas surgem como de grande importância: a carcinocultura e o impacto que ela tem sobre os manguezais, e a situação do Parque Nacional do Iguaçu. Assim, são constituídos dois grupos de trabalho (temáticos) para que elaborem, até 30 de março, informes técnicos sobre essas duas questões, a serem submetidos ao Bureau.

A modificação do Regimento Interno e a realização das eleições para o período 2004-2007, são temas de pauta. Assim, são eleitos o Presidente e o Vice-Presidente, Clayton Ferreira Lino e Mario Oscar Cencig, respectivamente, o Bureau e homologados os Coordenadores e Vice-Coordenadores Regionais. Para o Nordeste foi eleita Maria das Dores Melo (PE), para o Sudeste, Denise Rambaldi (RJ) e para o Sul, Ana Cimardi (SC). Quanto aos Conselheiros representantes das comunidades de moradores (seis) e científica (seis), que sofreriam renovação, houve somente três candidaturas apresentadas pelos Comitês Estaduais, na forma como tinha sido decidido e estabelecido no regimento. Perante essa situação, foi deliberado realizar o proces-



so de eleição para essas três candidaturas, as quais foram aprovadas conferindo a representação para o período dos 4 anos, e os outros conselheiros tiveram o mandato prorrogado até a próxima reunião do Bureau a fim de possibilitar a aprovação e envio de candidaturas por parte dos Comitês Estaduais nos moldes definidos.

Foram escolhidos, também, os Prêmios Muriqui 2003, que foram outorgados para Fredmar Correa e o Museu de Biologia Mello Leitão, tendo sido decidido que se possível já para a próxima premiação seria feita uma ampla divulgação pública e haveria a aceitação de candidaturas propostas por qualquer pessoa ou instituição e não somente por parte de conselheiros ou integrantes do âmbito interno da RBMA.

O **Seminário sobre Compensação Ambiental** fechou os eventos da semana, com palestras e debates muito ricos e interessantes, ficando o compromisso do Escritório da UNESCO Brasil de publicar um volume especial sobre essa questão.

6. COMENTÁRIOS

As situações descritas nos vários períodos caracterizam as diversas fases do crescimento da RBMA, desde o estágio inicial de uma organização auto-legitimada e buscando sua afirmação perante a sociedade, até o estágio atual de uma organização maior com uma bagagem de realizações bastante expressiva, já legitimada e com importantes responsabilidades tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Para finalizar, é interessante fazer uma síntese, analisando as características de cada um dos setores representados no Conselho e no Bureau da RBMA.

Os Conselheiros **governamentais** são escolhidos no interior desse setor e, mais ainda, em forma individualizada e independente: o Governo Federal escolhe quatro membros e os outros quatorze são escolhidos cada um separadamente, pelo respectivo Governo Estadual. O mandato destes membros está atrelado ao dos Governos, e eles podem ser trocados a qualquer momento e de forma imprevista.

Os Conselheiros que representam as **ONGs** são escolhidos no interior desse setor, através de um processo coletivo de consulta e eleição, abrangendo a escala nacional. Obedecem o princípio de serem dois por região e de seis Estados diferentes, os quais são apresentados ao Conselho já definidos por este processo. Por um acordo interno, há uma troca de 3 das seis ONGs a cada 2 anos (metade do mandato). A responsabilidade aqui é da Rede de ONGs da Mata Atlântica.

Os membros correspondentes às comunidades de moradores e científica passam pela aprovação do Conselho no seu conjunto (no início, assim também era para as ONGs) e a sua escolha obedece, também, o princípio de dois por região e é realizada levando em consideração a manutenção do equilíbrio entre os Estados, isto é, procurando que todos eles estejam contemplados no Conselho.

Com relação aos Conselheiros **moradores**, o processo teve várias fases. Inicialmente, a escolha foi feita pelo próprio Conselho, na sua 1ª reunião, a partir das indicações (informais) das Assessorias Técnicas do Consórcio e dos Coordenadores dos Grupos Temáticos, além de consultas “avulsas”. Em uma segunda fase, foi delegado aos Conselheiros fazerem as indicações de nomes, após consultas “abertas” (isto é, sem regras especificadas para isso), as quais seriam enviadas ao Bureau que faria uma pré-análise das candidaturas, elaborando uma lista de pelo menos quatro no-



mes para cada uma das regiões a ser submetida à eleição no Conselho. Posteriormente, procurou-se envolver os Comitês Estaduais, os quais deveriam “ser ouvidos” nesse processo. Na presente fase, foi delegado aos Comitês Estaduais fazerem as indicações, tendo sido agora definido um procedimento formal de apresentação das candidaturas (inscrição, apresentação de histórico e propostas, aprovação do Comitê) a serem encaminhadas ao Bureau, que fará uma pré-análise das propostas e as encaminhará ao Conselho para a decisão final.

Para os Conselheiros do **setor científico**, o processo foi mais complexo. Inicialmente, assim como para os moradores, a escolha foi feita pelo próprio Conselho, na sua 1ª reunião, a partir das indicações (informais) das Assessorias Técnicas do Consórcio e dos Coordenadores dos Grupos Temáticos, além de consultas “avulsas”. Correndo em paralelo, tinha-se a estrutura dos “coordenadores dos Grupos Temáticos”, até que foi feita a amarração entre ambas ao decidir que os coordenadores seriam os Conselheiros. Embora se mostrasse interessante, esse mecanismo não conseguiu ser implementado, por diversas razões: escassa demanda para os grupos trabalharem, dificuldades (físicas e financeiras) para se reunirem, etc., o que levou a sua “extinção” como mecanismo de indicação, ficando na qualidade de comissões a serem ativadas sob demanda. A forma de preencher a lacuna foi similar à dos moradores: caberia aos Comitês fazer as indicações e esta é a “aposta” atual que, obviamente, depende de os comitês darem conta desta responsabilidade.

Para os Conselheiros **convidados**, também houveram várias fases. Na idéia inicial, essa figura não estava contemplada, eram só 36 membros. Mas, já na primeira versão dos Estatutos e do Regimento Interno - aprovados na 1ª reunião do

CN-RBMA - aparecem 36 membros e “mais até dois convidados informais”, a serem escolhidos pelo próprio Conselho. Nessa reunião são convidadas a UFMG / Fundação Biodiversitas para indicarem, conjuntamente, um representante não governamental, o que é concretizado na 2ª reunião mas que não tem, depois, continuidade no Conselho.

É só na 4ª reunião que há uma decisão formal de convidar - como governamental - a um integrante do Ministério Público Federal, ligado à Procuradoria Geral da República, quem participa de duas reuniões. Já na reunião seguinte, houve uma nova definição sobre os dois membros convidados: “*decidiu-se que um (governamental) seria um representante da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA; o outro (não governamental) deveria ser um representante do setor empresarial, ficando encarregada a Presidência de apresentar uma lista tríplice ao Bureau, a partir da qual seria escolhido um nome a ser encaminhado à próxima reunião do Conselho*”. Esse representante empresarial já participa na 6ª reunião do Bureau, sendo empossado na 6ª reunião do Conselho (1996).

Este tipo de Conselheiro talvez seja o mais “solto” do sistema de gestão, mas é importante do ponto de vista da inclusão de outros setores que podem ser alterados com maior flexibilidade, de acordo com os objetivos e estratégias adotadas, ainda que tenham o possível inconveniente de um menor envolvimento no processo, além de uma certa dificuldade na sua indicação.

Com o aumento do número de membros do Conselho - de 38 para 40 - na reunião de 2000, passaram a ser quatro os Conselheiros convidados (2 governamentais e 2 não governamentais). Nessa mudança foram escolhidos por votação, como já foi dito, representantes dos Ministérios de Planejamento e de Agricultura, enquanto que na troca da figura “empresário conservacionista” por “representantes



do setor empresarial”.

Nessa última reunião realizada – a 13ª Reunião ordinária do CN-RBMA – aconteceram várias mudanças significativas no Sistema de Gestão, consolidando as conclusões surgidas ao longo do processo de planejamento estratégico e iniciando uma nova fase. Especificamente, houve um aumento da responsabilidade dos Comitês Estaduais na indicação dos conselheiros e uma maior articulação entre as instâncias nacionais e estaduais com as Coordenações regionais.

Entretanto, o processo não pode ser considerado ainda totalmente definido, sendo sempre possível seu aprimoramento.

Cabem aqui algumas reflexões: devem ser renovados todos os Conselheiros não governamentais? ou só uma metade e a outra metade permanece com um mandato de 2 anos? se é assim, quais são os que saem e quais os que permanecem? Que acontece com as ONGs, que têm a sua própria regra?

As respostas são importantes, pode-se compreender isso com dois cenários hipotéticos extremos:

- há uma renovação **total**, o que tem um lado positivo ao permitir o acesso a novos atores que possam trazer novas idéias, mas que carrega o perigo de ruptura com o projeto original e a perda da memória do já realizado;
- **não há** renovação, o que assegura a continuidade do projeto original e o acúmulo de experiência, mas que carrega o perigo do continuísmo e do bloqueio de novos caminhos.

Achar uma combinação que maximize os aspectos positivos de ambos cenários e minimize os aspectos negativos, ...eis aí o desafio, que até o momento foi talvez a maior virtude do Sistema de Gestão da RBMA.

Campinas, Janeiro de 2004.



ANEXO 1: LISTA DE CONSELHEIROS

Complementando a dedicatória aos Conselheiros, vai aqui o nome das pessoas que, em diferentes épocas e cada uma ao seu modo, mas sempre com grande paixão, contribuíram e contribuem na função de Conselheiro da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, para a construção de seu sistema de gestão.

Membros Governamentais

Representantes do Governo Federal

Indicados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), sendo do próprio ministério, especialmente de sua Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Jardim Botânico de Rio de Janeiro (JBRJ).

Adriana Gonçalves Moreira - IBAMA/DF
Airton Sampaio - IBAMA/DF
Andréa Curi Zarattini - IBAMA/DF
Augusta Rosa Gonçalves - IBAMA/DF
Carlos Fernando Anicet Fischer - IBAMA/DF
Carmen Tereza Florêncio - IBAMA/DF
Cecília Ferraz - IBAMA/DF
Dione A Corte - IBAMA/DF
Fátima Pires de Oliveira - IBAMA/DF
Fredmar Corrêa - MMA - SBF/DF
Haroldo Cavalcante de Lima - IPBRJ/RJ
Ivo Henrique Muniz - IBAMA/DF
Izabella Mônica Teixeira - IBAMA/DF
João Batista Drumond Câmara - IBAMA/DF
João Francisco Rocha da Silva - IBAMA/DF
João Paulo Ribeiro Capobianco - MMA - SBF/DF

José Pedro de Oliveira Costa - MMA - SBF/DF
Julio Gonchorosky - IBAMA/DF
Luís F. Santos Nogueira Sá - IBAMA/DF
Luiz Fernando Santos Nogueira de Sá - IBAMA/DF
Marcelo Marcelino - IBAMA/DF
Maria Luiza Nogueira Paes - IBAMA/DF
Maricy Marino - IBAMA/DF
Marli Pires Morin de Lima - IPJBRJ/RJ
Maurício Mercadante - MMA - SBF/DF
Moacir Bueno Arruda - IBAMA/DF
Paulo César Mendes Ramos - IBAMA/DF
Paulo José Prudente Fontes - IBAMA/DF
Randolf Zachow - IBAMA/DF
Rejan R. Guedes-Bruni - IPJBRJ/RJ
Ricardo Brandt - IBAMA/DF

Representantes dos Governos Estaduais

Indicados pelos Secretários dos respectivos órgãos estaduais de meio ambiente dos quinze Estados que foram incluídos, até a presente Fase V da RBMA.

Ademar Frederico Duwe - SETEMA/SC
Adolfo Marinho Pontes - SEDUMA/CE
Afrânio Faria de Menezes - IMA/AL
Aladim F. Cerqueira - SEAMA/ES
Alberto Tenório Cavalcante - IMA/AL
Aldir Pitt de Mesquita Pimentel - CPRH/PE
Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura - CPRH/PE
Aline Tristão Bernardes - SMADS/MG
Alison José Coutinho - IEF/MG
Aloysio Costa Junior - DMA/PE
Ana Cimardi - FATMA/SC
André Ilha - FIEF/RJ
Andréia Rocha Alegro - IEMA/ES
Antônia Héstia Guimarães Falcão - SMARHM/PB
Antônia Pereira de Ávila Vio - FFSP/SP



Antonio Renato Lima Aragão - SEMACE/CE
Antônio Wilton O de Carvalho - IMA/AL
Arilo dos Santos Veras Júnior - SEMACE/CE
Axel Schmidt Graef - FEEMA/RJ
Bráulio Barbosa - SDM/SC
Célio Murilo Vale - IEF/MG
Cesar Paulo de Luca - FEPAM/RS
Cláudio Bertoldo Langone - FEPAM - SMA/RS
Cláudio Carrera Maretti - FFSP/SP
Cláudio Dilda - FEPAM/RS
Cláudio Rosa da Cruz - IMAP - SEMA/MS
Clayton Ferreira Lino - SMA/SP
Dauzelei Beneton Pereira - SMD/SC
David Machado Campos Rodrigues - IEF/MG
Delivaldo Antonio Carvalho do Nascimento - CRA/BA
Durval Freire de Carvalho Olivieri - CRA/BA
Edivaldo Rosas Santos - ADEMA/SE
Edson Valpassos Reuter Mota - IEMA/ES
Elizete Sherring Siquiera - IEMA/ES
Eloízio Henrique Henriques Dantas - SMARHM/PB
Ênio Pippi da Mota - FEPAM/RS
Erasmoo Rocha - SAMA/PB
Ésio do Nascimento e Silva - SEMACE/CE
Fabiano Rodrigues de Melo - IEF/MG
Fábio Ricardo Silva Góis - IDEMA/RN
Fausto Antonio de Azevedo - CRA/BA
Flávio Pereira Bresser - FEPAM/RS
Francisco Eduardo Araújo Soares - SEMACE/CE
Francisco Jacome Sarmento - SMARHM/PB
Geraldo Ferreira Sobrinho - SAGRI/SE
Gerardo Angel Bressan Smith - CRA/BA
Giovana Guardia Kill - SEAMA/ES
Guido Gelli - SEMA/RJ
Harald Fernando Vicente de Brito - IMAP - SEMA/MS
Hélio Batista de Faria - IDEMA/RN
Hiramisis Paiva de Paula - IDEMA/RN
Humberto Candeias Cavalcanti - IEF/MG

Humberto Ker de Andrade - SEAMA/ES
Isaura Fraga - SMADS/RJ
Ivonaldo Elias de Lima - SMARHM/PB
Jacó Anderle - FATMA/SC
Jaime de Souza - SMD/SC
Jefferson Luiz Gonçalves Wendling - IAP/PR
João Guilherme Wagner da Cunha - SMD/SC
João Luciano Pereira - IEF/MG
João Omar Macagnan - SDM/SC
Jocélia Cardoso Caetano - SDM/SC
Jório de Lira Machado - SMARHM/PB
José Antonio Andreguetto - IAP - SRH/PR
José Barreto de Souza - ADEMA/SE
José Carlos Andreguetto - IAP/PR
José Carlos Carvalho - SMADS/MG
José Luciano Pereira; - IEF/MG
José Luiz Bolicenha; PR
José Pedro de Oliveira Costa - FFSP/SP
José Sinfrônio de Oliveira Mariz Filho - SMARHM/PB
José Tadeu Weidlich Mota - IAP/PR
Luciano Palmeira - IMA/AL
Luciano Teodoro Marques - FEPAM/RS
Lucilene Tiyomi Takahashi - ADEMA/SE
Luiz Carlos Rezende - SEMA/ES
Luiz Carlos Sérvulo de Aquino - SMADU/RJ
Luiz Paulo Fernandez Conde - SMADU/RJ
Manoel Augusto de Azevedo Santos - IMA/AL
Marcelo Mores - SEAMA/ES
Marco Aurélio Martins de Almeida - CPF/RN
Marco Guadalupe de Antonio - DEFAP/RS
Marcos Fernando Carneiro Carnaúba - IMA/AL
Marcos Franklin Sossai - IEMA/ES
Maria Angélica de Jesus Souto - CRA/BA
Maria da Glória Queiroz Bezerra de Melo - IDEMA/RN
Maria da Penha Padovan - SEAMA/ES
Maria das Graças Oliveira Santos - SEMA/SE
Maria do Carmo Martins Sobral - DMA - CPRH/PE



Maria Isabel Stumpf Chiappetti – FEPAM/RS
 Maria Lúcia Ferreira da Costa Lima – DMA – CPRH/PE
 Maria Socorro Borges Freire – IDEMA/RN
 Maria Tereza Farias B. Sales – SEMACE/CE
 Maria Terezinha Lino – SEDESU/ES
 Maria Vitória Yamada Muller – IAP/PR
 Marialva Pinto Vello – SEDESU/ES
 Mariese Cargnin Muchail – IAP/PR
 Mario Silveira – SEP/PB
 Marilo Costa – SEMARHM/PB
 Marly Menezes Santos – ADEMA/SE
 Martha Maria Barbosa Varela – IDEMA/RN
 Maurélio Corrêa da Silva – FATMA/SC
 Maurício Andrés Ribeiro – FEAM/MG
 Maurício Lobo Abreu – FIEF/RJ
 Maurício Savi – IAP/PR
 Mauro Lobo Martins Junior – IEF/MG
 Michele Mourão – SEMACE/CE
 Miguel Ribon Júnior – IEF/MG
 Minna Lam – SMA/SP
 Mônica Sueli do Vale Melo – UESC – CRA/BA
 Mônica Torrent Lanna – SMADS/MG
 Ney Hudson Batista – IEMA/ES
 Paulo de Tarso de Castro Miranda – SEMACE/CE
 Paulo Roberto Castella – IAP/PR
 Pedro E. Graça Aranha – FIEF/RJ
 Raimundo Sérgio Santos Góis – SMARHM/PB
 Renato Bueno Neto – FATMA/SC
 Ricardo Augusto Pessoa Braga – CPRH/PB
 Ricardo José Durante Ramires – IAP/PR
 Roberto Fernandes – FFSP/SP
 Romeu Aldigüeri A. Coelho – SEMACE/CE
 Romildo Barbosa de Oliveira – SUDEMA/PB
 Ronaldo César Vieira de Almeida – IEF/MG
 Ronaldo de Azevedo Carvalho – IEF/MG
 Rosa Maria Pinheiro de Oliveira – IDEMA/RN
 Rosângela Pereira de Lyra Lemos – IMA/AL

Sabrina Campagnani – IEF/RJ
 Sandra do Carmo Menezes – IMA/AL
 Sebastião Salles de Sá – SEDESU/ES
 Selma Mattos Diniz – SDM/SC
 Shirlei Noely Hauff – FATMA/SC
 Silvia Mara Pagel – FEPAM/RS
 Suzana Maria Cordeiro Strebien – FATMA/SC
 Teresa Lúcia Muricy de Abreu – CRA/BA
 Vânia Cerqueira Barbosa – IEF/MG
 Verena Nygaard – FEPAM/RS
 Vladimir Ortiz da Silva – FATMA/SC
 Wilson Loureiro – IAP/PR

Convidados

Na qualidade de Membros Governamentais Convidados.

Ana Guitta – MinC
 Elizabeth K. Bonora Peinado – MPF
 Elizete Sherring Siqueira – ANAMMA
 Gerson Luiz da Silva Almeida – ANAMMA
 Jarbas Ribeiro de Assis Jr – ANAMMA
 João Francisco Rocha da Silva – MPF
 João Luiz Silva Ferreira – MinC
 José Tadeu Weidlich Motta – ANAMMA
 Luiz Fernando Krieger Melo – FAEMA
 Luiz Son – ANAMMA
 Mauricio Lobo – ANAMMA
 Sérgio Xavier – MinC

Membros Não-governamentais

Setor de Moradores da Reserva

Antônio Gomes dos Santos (Toinho) – Penedo/AL
 Antonio Modrach Lyra – Natal/RN
 Ari Soares – Florianópolis/SC



Aristides Arthur Soffiatti Neto - Rio de Janeiro/RJ
 Augusto da Silva - RS
 Danilo Schantz - Chapecó/SC
 Francisca Ferreira Pires - CE
 Henrique Lobo Gonçalves - Governador Valadares/MG
 Jan Van Der Hieden - Cananéia/SP
 José Carlos de Jesus Rodriguez - Salvador/BA
 José Itaquí - Francisca Júlia/RS
 Júlio César Inácio - Porto Alegre/RS
 Lúcio Machado - Curitiba/SC
 Roberto Siqueira Carneiro - Recife/PE

Setor da Comunidade Científica

Ademir Reis - UFSC/SC
 Leide Yassuco Takahashi; - UEM/PR
 Luis Rios de Moura Baptista - UFRGS/RS
 Maria Adélia Oliveira Monteiro da Cruz - UFRPE/PE
 Maria Angélica Figueiredo - UFCE/CE
 Marília Lopes Brandão - UFCE/CE
 Mario Oscar Cencig - UNICAMP/SP
 Osvaldo Carneiro de Lira - UFPE/PE
 Pedro Scherer Neto - UFPR/PR
 Raquel R. Bonato Negrelle - UFPR/PR
 Ricardo da Silva Pereira Melo - PUCRGS/RS
 Sérgio Lucena Mendes - UFES/ES
 Tânia M. Barza - UFPE/PE

Setor das ONG's

Adalberto Alencar - CEPEMA/CE
 Aloysio Costa Jr. - SNE/SC
 Alexandre José Dielh Krob - CURICACA/RS
 Alexandre Paulo Teixeira Moreira - ACAPRENA/SC
 Ana Maria da Fonseca - SOS Mata Atlântica/SP
 Antonio Carlos Alves de Oliveira - Vitae Civilis/SP
 Armin Deitenbach - PROTER/SP

Clovis Ricardo Schrappe Borges - SPVS/PR
 Elbano Paschoal de Figueiredo Moraes - GAMBÁ/BA
 Elias João de Melo - ACAPRENA/SC
 Francisco Milanez - AGAPAN/RS
 Francisco Xavier Iglésias Alves Pereira - ASPOAN/RN
 Ibsen de Gusmão Câmara - FBCN /RJ
 Inês de Souza Dias - SOS Mata Atlântica/SP
 Jairo Costa - FBCN/RJ
 José Augusto de Castro Tosato - CEPEDDES/BA
 Joseilton Evangelista de Souza - CDA Sabiá/PE
 Kátia Vasconcellos Monteiro - Núcleo Amigos da Terra - Brasil/RS
 Maria Bernardete Ribas Lange - SPVS/PR
 Maria Dalce Ricas - AMDA/MG
 Maria das Dores V.C. Melo - SNE/PE
 Maria de Lourdes Nunes - O Boticário/PR
 Mário César Mantovani - SOS Mata Atlântica-SP
 Miguel S. Milano - O Boticário/PR
 Miriam Prochnow - APREMAVI/SC
 Paula Francinete Lins Duarte - ASPOAN/RN
 Rejane Rieiter - ACAPRENA/SC
 Ricardo Augusto Pessoa Braga - SNE/PE
 Rubens Harry Born - Vitae civilis/SP
 Sérgio Lucena Mendes - IPEMA/ES

Convidados do Setor Empresarial

John William Buyers Jr, - Setor Empresarial/AL



ANEXO 2: CRONOGRAMA DE REUNIÕES DA RBMA
Relação de Eventos realizados pelo CN-RBMA.



	DATA	SEMINÁRIOS RBMA	BUREAU	CN-RBMA	COMITÊS ESTADUAIS	IA-RBMA	OUTRAS REUNIÕES	CIDADE	ESTADO
	1991								
1.	30/9-01/10						1ª Reunião do Grupo de Coordenação	São Paulo	SP
2.	27-30/10						1º Seminário sobre a Financiamento Externo	Vitória	ES
3.	10-13/12	I Seminário Nacional-Subsídios para: "Elaboração de um Plano de Ação de Médio e Longo Prazo para a Conservação e Recuperação da Mata Atlântica" e para o "Plano de Ação da Reserva da Biosfera"						Campinas	SP
	1992								
4.	Janeiro						X Reunião do CMA e da AT	Rio de Janeiro	RJ
5.	Março						2º Reunião do Grupo de Coordenação	Campinas	SP
6.	Agosto						Reunião da AT do CMA	São Paulo	SP
7.	Setembro						Reunião da AT do CMA	Florianópolis	SC
8.	19 - 20/11						3º Reunião do Grupo de Coordenação	Belo Horizonte	MG
9.	15 -18/12	II Seminário Nacional-Subsídios para a implantação e implementação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica						Belo Horizonte	MG
10.	16/12			1º Reunião				Belo Horizonte	MG
11.	17/12						32ª Reunião da AT do CMA	Belo Horizonte	MG
12.	18/12						11ª Reunião do CMA	Belo Horizonte	MG
	1993								
13.	15/04		1ª Reunião					Ilhéus	BA



	DATA	SEMINÁRIOS RBMA	BUREAU	CN-RBMA	COMITÊS ESTADUAIS	IA-RBMA	OUTRAS REUNIÕES	CIDADE	ESTADO
14.	16/04						33ª Reunião da AT do CMA	Ilhéus	BA
15.	12/05						34ª Reunião da Assessoria Técnica do Consórcio Mata Atlântica 12º Reunião do Conselho de Secretários do CMA	Domingos Martins	ES
16.	13-14/05			2º Reunião				Domingos Martins	ES
17.							35ª Reunião da Assessoria Técnica do Consórcio Mata Atlântica	Curitiba	PR
18.	25/10		2ª Reunião					Rio de Janeiro	RJ
19.	26/10						Reunião dos Coordenadores dos GTs	Rio de Janeiro	RJ
20.	17/11			3º Reunião				Rio de Janeiro	RJ
21.	17/11						Reunião dos Coordenadores dos GTs	Rio de Janeiro	RJ
22.	18-20/11	III Seminário Nacional-A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica						Rio de Janeiro	RJ
23.	Indisponível		3ª Reunião				Indisponível	Indisponível	Indispon.
	1994								
24.	20-21/06		4ª Reunião					São Paulo	SP
25.	19-20/07						I Encontro Científico da RBMA	Vitória	ES
26.	19/09						Reunião dos Coordenadores dos GTs	Atibaia	SP
27.	20-21/09			4º Reunião				Atibaia	SP
28.	28-30/11	IV Seminário Nacional- A RBMA e a Região NE						Olinda	PE



	DATA	SEMINÁRIOS RBMA	BUREAU	CN-RBMA	COMITÊS ESTADUAIS	IA-RBMA	OUTRAS REUNIÕES	CIDADE	ESTADO
	1995								
29.	Março						1ª Reunião da Rede Brasileira de Reserva da Biosfera	São Paulo	SP
30.	15/05		5ª Reunião					São Paulo	SP
31.	16-17/10			5º Reunião				Itamaracá	PE
32.	06-08/11	IV Seminário Nacional - A RBMA e a Região S						Porto Alegre	RS
	1996								
33.	22-23/01						Workshop Científico para questões da Mata Atlântica	Belo Horizonte	MG
34.	15-17/04	IV Seminário Nacional - A RBMA e a Região SE e síntese das três etapas deste seminário						Santa Tereza	ES
35.	17/06		6ª Reunião					São Paulo	SP
36.	11-13/11			6º Reunião				Canela	RS
	1997								
37.	14/05		7ª Reunião					São Paulo	SP
38.	28/08						Reunião dos Membros da Comunidade Científica no CN-RBMA	São Paulo	SP
39.	10-11/11	V Seminário Nacional-Desenvolvimento Sustentável na Mata Atlântica						União dos Palmares	AL
40.	13-14/11			7º Reunião				União dos Palmares	AL
	1998								
41.	24/03		8ª Reunião					São Paulo	SP
42.	28/09				1º Encontro Nacional			Matinhos	PR
43.	29-30/09			8º Reunião				Matinhos	PR
44.	28/05		9ª Reunião					São Paulo	SP



	DATA	SEMINÁRIOS RBMA	BUREAU	CN-RBMA	COMITÊS ESTADUAIS	IA-RBMA	OUTRAS REUNIÕES	CIDADE	ESTADO
45.	29/06-02/07						I Seminário Nacional sobre Recursos Florestais da Mata Atlântica	São Paulo	SP
	1999								
46.	28-29/10			9º Reunião				Ilhéus	BA
47.	28-29/10	VI Seminário Nacional-A Mata Atlântica e os 500 anos do Brasil						Ilhéus	BA
48.	28/10					1ª Assembléia Geral		Ilhéus	BA
	2000								
49.	09/05			10ª Reunião				São Paulo	SP
50.	09/05					1ª Reunião do Bureau		São Paulo	SP
51.	Indisponível					2ª Reunião do Bureau		Indisponível	Indispon.
52.	09-11/06						1º Encontro de Reservas da Biosfera do Brasil e Mercosul	Rio de Janeiro	RJ
53.	26/10				2º Encontro Nacional			Ibiraçu	ES
54.	27-28/10			10ª Reunião				Ibiraçu	ES
55.	27/10			1ª Reunião Extraordin.				Ibiraçu	ES
56.	28/10					2ª Assembléia Geral		Ibiraçu	ES
	2001								
57.	22/05			11ª Reunião				São Paulo	SP
58.	15-16/10				3º Encontro Nacional			Imbituba	SC
59.	15-18/10			11ª Reunião				Imbituba	SC
60.	18/10					3ª Assembléia Geral		Imbituba	SC
61.	18-20/10	VII Seminário Nacional-Turismo Sustentável na Mata Atlântica						Florianópolis	SC



	DATA	SEMINÁRIOS RBMA	BUREAU	CN-RBMA	COMITÊS ESTADUAIS	IA-RBMA	OUTRAS REUNIÕES	CIDADE	ESTADO
	2002								
62.	Março-abril						Reuniões de Planejamento Estratégico - Secretaria Executiva	São Paulo	SP
63.	27-29/05		12ª Reunião					São Paulo	SP
64.	27/05					3ª Reunião do Bureau		São Paulo	SP
65.	27-29/05						Reunião de Planejamento Estratégico-Bureau	São Paulo	SP
66.	25-26/07						Workshop Nacional sobre Águas e Florestas	São Paulo	SP
67.	04/09						Reunião de Planejamento Estratégico- Região S	Florianópolis	SC
68.	05-06/09						Workshop Padrões de		
							Certificação de Manejo Florestal para o Bioma Mata Atlântica	Florianópolis	SC
69.	23-24/09						Reunião de Planejamento Estratégico - Região Nordeste	João Pessoa	PB
70.	05/11				4º Encontro Nacional			Aracaju	SE
71.	06-08/11			12ª Reunião				Aracaju	SE
72.	07/11					4ª Assembléia Geral		Aracaju	SE
73.	11-13/12						Workshop Anuário Mata Atlântica	São Paulo	SP
	2003								
74.	15/04		13ª Reunião					São Paulo	SP
75.	15/04					4ª Reunião do Bureau		São Paulo	SP
76.	07/12						4ª Reunião da Rede Brasileira de Reservas da Biosfera	Ouro Preto	MG
77.	08/12				5º Encontro Nacional			Ouro Preto	MG
78.	09/12			2ª Reunião Extraordin.				Ouro Preto	MG
79.	09/12					5ª Assembléia Geral		Ouro Preto	MG
80.	09-10/12			13ª Reunião				Ouro Preto	MG



	DATA	SEMINÁRIOS RBMA	BUREAU	CN-RBMA	COMITÊS ESTADUAIS	IA-RBMA	OUTRAS REUNIÕES	CIDADE	ESTADO
81.	11-12/12	VIII Seminário Nacional-Com- pensão Ambi- ental						Ouro Preto	MG